



ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL
COSTEIRA

RECONHECIMENTO DOS GAL E SELEÇÃO DAS
ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
(2021-2027)

FEVEREIRO 2023

1.	Nota Introdutória	4
2.	Parceria	4
2.1.	Caracterização da parceria	4
2.2.	Experiência da parceria	6
2.2.1.	Experiência do parceiro Gestor (GRATER)	7
2.2.2.	Experiência das entidades parcerias	7
3.	Caracterização e diagnóstico do território	10
3.1.	Caracterização geográfica	10
3.2.	Caracterização sócio económica	12
3.2.1.	Evolução demográfica	13
3.2.2.	Evolução económica	15
3.2.2.1.	Setor primário	17
3.2.2.2.	Setor secundário	25
3.2.2.3.	Setor terciário	25
3.2.3.	Mercado laboral	28
3.3.	Inclusão social e qualidade de vida	39
3.4.	Património natural e edificado	30
4.	Análise SWOT	32
4.1.	Matriz SWOT	32
4.2.	Identificação das necessidades	37
5.	Estratégia de Desenvolvimento local	38
5.1.	Objetivos estratégicos	38
6.	Principais intervenções do FEAMPA	41
7.	Indicadores	46
8.	Lista de operações planeadas de importância estratégica para a EDL – Projetos Âncora	46
9.	Instrumentos de Gestão, acompanhamento e avaliação da implementação da EDL	47
10.	Estratégia de dinamização da procura qualificada dos apoios da EDL	50
11.	Estratégia de dinamização da parceria na conceção e no acompanhamento da execução da EDL	52
12.	Identificação do contexto operacional da Entidade Gestora, designadamente, do seu papel no âmbito de outros programas de investimento ou de outras iniciativas de carácter local ou europeu	53

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Área geográfica do território do GAL	11
Tabela 2	População residente (nº) e densidade populacional no território abrangido pela parceria por local de residência (à data dos censos)	13
Tabela 3	Proporção da população residente por escalão etário (%) na Região Autónoma dos Açores e nos concelhos intervencionados	14
Tabela 4	Nível de escolaridade da população da Região Autónoma dos Açores e dos concelhos intervencionados (%) (à data dos censos)	15
Tabela 5	Empresas (nº) por setor de atividade económica na Região Autónoma dos Açores e dos concelhos intervencionados	16
Tabela 6	Dimensão média das empresas (nº de colaboradores) na Região Autónoma dos Açores e dos concelhos intervencionados	16
Tabela 7	Evolução do número de explorações e da SAU	17
Tabela 8	Portos marítimos nos concelhos intervencionados	18
Tabela 9	Síntese da atividade pesqueira	18
Tabela 10	Capturas nominais de pescado por espécie (grupo), em tonelada (t)	20
Tabela 11	Capturas nominais de pescado por espécie, em tonelada (t)	21
Tabela 12	Capturas nominais de pescado por espécie, em milhares de euros (m€)	23
Tabela 13	Empresas (nº) por atividade económica pertencentes ao setor secundário na Região Autónoma dos Açores e dos concelhos intervencionados	25
Tabela 14	Empresas (nº) por atividade económica pertencentes ao setor terciário na Região Autónoma dos Açores e dos concelhos intervencionados	25
Tabela 15	População empregada (nº) nos concelhos intervencionados por setor de atividade	28
Tabela 16	Taxa de desemprego nos concelhos intervencionados, à data dos censos	28
Tabela 17	Áreas marinhas protegidas	31
Tabela 18	Tipo de Operação e dotação financeira	45
Tabela 19	Interligação dos objetivos da EDL Costeira com os objetivos das políticas nacional e regional em matéria de mar	55

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Empresas por setor de atividade na Região autónoma dos Açores em 2020	15
Gráfico 2	Variação do Valor Acrescentado Bruto (VAB) % das empresas não financeiras na Região Autónoma dos Açores e nos concelhos intervencionados	17
Gráfico 3	Capturas nominais de pescado	19
Gráfico 4	Valor médio da pesca descarregada (€/kg)	19
Gráfico 5	Hóspedes (nº) nos municípios intervencionados	26
Gráfico 6	Camas (nº) nos municípios intervencionados	27
Gráfico 7	Alojamentos turísticos (nº) nos municípios intervencionados	27
Gráfico 8	Estada médias (dias) nos municípios intervencionados	28
Gráfico 9	Ganho médio mensal de trabalhadores do setor primário	29

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Estratégia de Desenvolvimento Local Costeira GRATER MAR 2021-2027 surge no âmbito da candidatura ao PO Mar 2030, para a seleção do Grupo de Ação Local, e a aprovação da EDL, inserida no Mar 2030 – Desenvolvimento Local de Base Comunitária. A referida candidatura tem como objetivo proporcionar à GRATER estabelecer-se como organismo intermédio de gestão para a implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local Costeira 2021-2027, contemplando as ilhas Terceira e Graciosa.

No primeiro capítulo é apresentada a parceria, a sua experiência e motivação para a parceria.

No capítulo seguinte são abordadas as principais características dos territórios intervencionados encontrando-se o diagnóstico estruturado em três subcapítulos. No primeiro subcapítulo tem-se a caracterização geográfica dos municípios intervencionados, depois, analisa-se a evolução socioeconómica dos concelhos em comparação com a realidade regional. De seguida são enumeradas as infraestruturas, equipamentos e eventos dos municípios que contribuem para a promoção da qualidade de vida populacional e da coesão territorial e termina com a enumeração do principal património natural e edificado presente nas ilhas.

Posteriormente segue-se um capítulo que consubstancia uma Análise SWOT do território abrangido pelos municípios de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa. Ainda neste capítulo apresenta-se uma justificação sumária dos principais tópicos abordados na matriz. O capítulo mencionado culmina com a enumeração das principais necessidades dos territórios intervencionados.

Na sequência apresenta-se a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), onde são elencados objetivos estratégicos da estratégia e as respetivas prioridades estratégicas.

Esta estratégia tipifica de seguida as intervenções do FEAMPA a aplicar, com a dotação e os indicadores que se espera alcançar também a listagem dos projetos âncora, operações estruturantes para a concretização da EDL, e que visam dar resposta às necessidades de atuação identificadas na análise SWOT.

Os pontos seguintes pretendem descrever os instrumentos de gestão, acompanhamento e avaliação da implementação da EDL, a Estratégia de dinamização da procura qualificada dos apoios da EDL e a Estratégia de dinamização da Parceria na conceção e no acompanhamento da EDL.

Por fim segue-se uma interligação entre os objetivos da presente estratégia e os respetivos documentos estratégicos nacionais e regionais inerentes ao processo.

2. PARCERIA

2.1. Caracterização da parceria

Denominação

GAL Pescas GRATER Mar

Entidades que Constituem a Parceria

O quadro seguinte apresenta a relação de entidades constituintes da parceria que compõe o GAL Pescas GRATER Mar, o qual tem como entidade gestora a GRATER. Trata-se de uma parceria que engloba um conjunto diversificado de entidades, incluindo organismos da administração local: 1 associação de desenvolvimento local, enquanto entidade gestora; 6 Associações e cooperativas do Setor da Pesca; a

LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.; 3 municípios e 4 juntas de freguesias, representantes das freguesias âncora; 1 Associação de Comércio, 1 Associação e uma fundação na área educativa, 1 associação na área da promoção cultural, 5 empresas ligadas ao sector da pesca, uma empresa ligada á animação turística, uma empresa ligada à economia circular, e duas entidades sem fins lucrativos ligadas ao desporto náutico.

Composição do GAL Pescas GRATER Mar

NIF	DESIGNAÇÃO	DATA DE CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DE ATIVIDADE	CAE SECTOR DE ATIVIDADE	SEDE SOCIAL	TIPO DE ENTIDADE
512041997	GRATER - Associação de Desenvolvimento Regional	21-07-1995	21-07-1995	94995 Outros	Praia da Vitória	Associações e fundações privadas
512071489	Associação dos Pescadores Graciosenses	29-08-2002	29-08-2002	94110 Outras atividades relacionadas com o mar	São Mateus	Associações e fundações privadas
513892027	Associação Terceirense de Armadores	26-11-2002	15-05-2006	94120 Outras atividades relacionadas com o mar	Cabo da Praia	Associações e fundações privadas
512101060	Associação Marítima de Pescas e Aquicultura da Ilha Terceira	03-04-2007	15-11-2007	03111 Pesca, aquicultura, transformação dos produtos da pesca e da aquicultura, atividades e serviços relacionados com a apanha de produtos da pesca e algas	São Mateus da Calheta AH	Associações e fundações privadas
512078831	Cooperativa Piscatória Açoreana CRL	12-11-2003	02-02-2004	46381 Comércio por Grosso e a Retalho	São Mateus	Cooperativas
509373712	Cooperativa dos Armadores Terceirenses	23-04-2010	17-05-2010	46381 Comércio por Grosso e a Retalho	São Mateus da Calheta AH	Cooperativas
512092524	Federação das Pescas dos Açores	10-09-2005	15-12-2005	03111 Pesca, aquicultura, transformação dos produtos da pesca e da aquicultura, atividades e serviços relacionados com a apanha de produtos da pesca e algas	Praia da Vitória	Associações e fundações privadas
512013322	LOTAÇOR - Serviço de Lotas dos Açores, S.A.	08-07-1981	01-01-1982	03111 Pesca, aquicultura, transformação dos produtos da pesca e da aquicultura, atividades e serviços relacionados com a apanha de produtos da pesca e algas	Ponta Delgada	Outra Entidade Pública
512044040	Município de Angra do Heroísmo	01-07-1989	01-07-1989	84113 Administração Pública	Angra do Heroísmo	Administração Local
512044023	Município da Praia da Vitória	01-02-1986	01-02-1986	84113 Administração Pública	Praia da Vitória	Administração Local
512069760	Município de Santa Cruz da Graciosa	17-07-1962	17-07-1962	84113 Administração Pública	Santa Cruz da Graciosa	Administração Local
512072507	Freguesia de São Mateus da Calheta	21-10-2013	21-10-2013	84113 Administração Pública	São Mateus da Calheta AH	Administração Local
512070172	Freguesia de São Mateus (Praia)	25-02-2004	25-02-2004	84113 Administração Pública	São Mateus SCG	Administração Local
512077533	Freguesia de Cabo da Praia	01-01-1986	01-01-1986	84113 Administração Pública	Cabo da Praia PV	Administração Local
512079692	Freguesia de Santa Cruz	01-01-1974	01-01-1974	84113 Administração Pública	Praia da Vitória	Administração Local

512007551	Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo	15-12-1977	15-12-1977	94110 Outros	Angra do Heroísmo	Associações e fundações privadas
515355674	ADMFA - Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores	03-04-2019	03-04-2019	85600 atividades de serviços de apoio á educação 94995 outras atividades de serviços	Horta	Associações e fundações privadas
512058407	Fundação Gaspar Frutuoso	04-03-1999	04-03-1999	72190 Outra investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	Ponta Delgada	Fundação Pública de Direito Privado
515601438	Get Art – Associação Regional para a Promoção e Gestão Cultural	30-10-2019	30-10-2019	94991 Associações culturais e recreativas	Sé, AH	Associações e fundações privadas
510469442	Emanuel Silveira & Filhos	12-12-2012	12-12-2012	47230 Comércio por grosso e a retalho	São Mateus da Calheta AH	Empresas
512049459	Peixaria Silveira Lda.	26-04-1999	26-04-1999	46391 Comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos	São Mateus da Calheta AH	Empresas
513727825	TZT - Flying Fish Azores, Lda	15-10-2015	15-10-2015	46381 Pesca, aquicultura, transformação dos produtos da pesca e da aquicultura, atividades e serviços relacionados com a apanha de produtos da pesca e algas	São Mateus da Calheta AH	Empresas
744386608	VALENTINO DA SILVA BENJAMIM - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE	N/A	01-03-1989	03111 Pesca, aquicultura, transformação dos produtos da pesca e da aquicultura, atividades e serviços relacionados com a apanha de produtos da pesca e algas	Santa Cruz da Graciosa	Empresas
198399294	Paulo Rogério Pereira de Melo	N/A	21-06-2012	03111 Pesca, aquicultura, transformação dos produtos da pesca e da aquicultura, atividades e serviços relacionados com a apanha de produtos da pesca e algas	São Mateus da Calheta	Empresas
113944047	Rolando Oliveira	N/A				
516461800	Circular Blue, Lda.	12-05-2021	12-05-2021	38111 Recolha de resíduos inertes	Doze Ribeiras AH	Empresa
512042257	Angra iate Clube	27-10-1995	27-10-1995	94992 Outros	AH - Nossa Senhora da Conceição	Associações e fundações privadas
512025444	Grupo Desportivo da Mocidade Praiense	01-03-1941	12-04-1941	93192 Outras atividades desportivas	São Mateus Graciosa	Associações e fundações privadas

2.2. Experiência da parceria

A capacidade de gestão e implementação da EDL é alicerçada na experiência e desempenho de um conjunto relevante de funções e tarefas técnicas que as diferentes entidades parceiras têm desempenhado e habilitam a parceria para a gestão e execução da EDL. Os elementos seguintes descrevem as atividades realizadas pela Entidade Gestora (GRATER) e restantes entidades parceiras, demonstrando a sua experiência e capacidade de gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local.

2.2.1. Experiência do Parceiro Gestor (GRATER)

Em matéria de gestão de fundos estruturais o GAL GRATER, constituído em 1995, tem a experiência da gestão dos programas de Iniciativa Comunitária LEADER II e LEADER + e gestão intermediária do eixo 3 do PRORURAL e da submedida 19.2 do PRORURAL+, para a sua Zona de Intervenção, ilhas Terceira e Graciosa.

No LEADER II a GRATER teve uma taxa de execução de 98%, onde foram apoiados 237 projetos com um montante de investimento aprovado de 4.494.612,98€. Criaram-se 25 novas empresas e 105 postos de trabalho, 61 masculinos e 44 femininos.

No que se refere ao LEADER +, foram aprovados 160 projetos com um valor de investimento de 6.293.921,38€. Criaram-se 27 novas empresas e 70 postos de trabalho, 29 masculinos e 41 femininos. Relativamente ao Eixo 3 do PRORURAL foram aprovados 102 projetos com um valor de investimento de 7.877.021,43€. Criaram-se 21 novas empresas e 54 postos de trabalho, 22 masculinos e 32 femininos.

No período de programação 2014-2020, e no âmbito da submedida 19.2 do PRORURAL+ ainda em execução, estima-se aprovar 127 projetos com um valor de investimento de aproximadamente 7 milhões de euros. Prevê-se a criação de 15 novas empresas e 48 postos de trabalho.

No último período de programação a GRATER foi entidade gestora de uma parceria GAL Pescas. Numa primeira experiência quer para o Governo dos Açores quer para o GAL, tendo-se iniciado a aprovação de projetos em 2019. Foram apoiados 26 projetos com um investimento de 719.465 euros.

Ao longo da gestão e implementação dos DLBC Rural e Costeiro a GRATER teve um papel importante na articulação e complementaridade entre programas e iniciativas comunitárias, nacionais e regionais.

O currículo da GRATER poderá ser consultado no documento Experiência do GAL-EG.

2.2.2. Experiência das entidades parceiras

O perfil de competências e atividades desenvolvidas pelas entidades parceiras é diversificado: promoção do desenvolvimento do território (rural-local e costeiro), formação de competências, transferência de conhecimento e serviços de apoio às empresas, infraestruturação de suporte à valorização do pescado, dinamização de recursos e interesses de agentes económicos da fileira da pesca, melhoria de condições de trabalho dos pescadores, dinamização socioeconómica para o desenvolvimento das comunidades piscatórias e de outros territórios com problemas de regeneração socioeconómica.

Os Grupos-alvo são agentes económicos (armadores, industriais, pescadores, agricultores), jovens, empreendedores, pessoas e grupos sociais desfavorecidos e população em geral.

Numa primeira instância, destaca-se a diversidade de entidades associativas presentes na parceria.

As associações do setor das pescas, cooperativas de produtores e outras associações têm dinamizado, nos respetivos setores e territórios (comunidades piscatórias), a implementação de projetos, ações e iniciativas orientadas para o desenvolvimento económico e social. Estas entidades têm como particularidade comum, a defesa dos interesses e do bem-estar dos seus associados, promoção de ações/projetos que visem a melhoria das condições de trabalho, formação, bem como a interação com as diversas entidades relacionadas com o setor, tendo experiência na execução de programas operacionais, promoção de ações e candidaturas a apoios financeiros e, ainda, ações de melhoria das condições de trabalho, segurança e higiene a bordo das unidades de pesca.

Mais em pormenor, a Cooperativa dos Armadores Terceirenses, CAT-COP CRL tem por objeto a comercialização por grosso e a retalho de peixe, de apetrechos de pesca e de combustível; a prestação de

serviços relacionados com a produção e transformação de pescado; o apoio técnico e administrativo aos cooperadores e estabelecimento de acordos e protocolos com entidades oficiais, em benefício dos seus membros. Está constituída desde 04.05.2010 e tem mais de cem associados, o mesmo número que a associação terçeirense de armadores e que pretende defender os interesses do seu setor.

A Cooperativa Piscatória Açoreana CRL é também a responsável pelas ações de carácter empresarial dos seus associados (mais de uma centena) também comuns aos da associação dos pescadores graciosenses e existe desde 2003.

A “Associação Marítima de Pesca e Aquicultura da Ilha Terceira”, designada por AMPA, associação sem fins lucrativos, foi fundada em abril de 2008 como “Associação das Mulheres de Pescadores e Armadores da Ilha Terceira”. O seu nome e estatutos foram alterados em 2018, para corresponder à necessidade de existir uma associação diretamente ligada à Aquicultura e aos pescadores (e não armadores). Ao longo da sua existência esta associação tem vindo a desenvolver projetos únicos e originais como a “Pesca Turismo”, os workshops de “Uso de algas açorianas na culinária” e o “Festival gastronómico de Peixe e Algas da ilha Terceira”. A AMPA além de possuir uma loja de artesanato local e regional, também tem projetos de cariz social como a doação de roupa, calçado, brinquedos e material escolar e o apoio escolar às crianças da comunidade piscatória. Os seus objetivos são de contribuir para o desenvolvimento local e a nível ilha com projetos que estimulem a economia, criem posto de trabalho, desenvolvam a população a nível de formação e a nível social, através da promoção de negócios, formações, atividades e parcerias com entidades públicas e/ou privadas. Uma das suas iniciativas mais recentes foi o projeto A Casa d’Elas nome escolhido para homenagear as mulheres, que pretende ser um espaço de formação, sobretudo destinado às mulheres da comunidade, mas também um espaço de 'take-away' e uma peixaria.

Concluindo o associativismo ligado diretamente ao setor das pescas temos a entidade mais aglutinadora de todas, a Federação das Pescas dos Açores. A Federação das Pescas dos Açores (FPA) foi fundada em 2005 e surge por vontade do movimento associativo do sector da pesca nos Açores. A FPA agrupa as associações da pesca das 9 ilhas dos Açores e com todas as suas associadas mantém contactos permanentes sob a forma de reuniões locais, de ilha ou do arquipélago, auscultando os problemas e as necessidades da pesca e propondo soluções com base em análises técnicas e/ou estudos especializados, tendo em vista as estratégias a adotar, sendo por isso um parceiro estratégico.

No quadro das entidades privadas, a parceria conta com um conjunto considerável dos atores da fileira das pescas presentes no território, nomeadamente nas áreas de comércio a retalho de peixe, crustáceos, e moluscos, em estabelecimentos especializados, comércio por grosso de peixe, exploração de viveiros, indústria transformadora da pesca e da aquicultura, preparação e congelação de produtos, transformação de pescado criando valor entre outros. Falamos das empresas: Peixaria Silveira, Emanuel Silveira & Filhos, TZT-Flying Fish Azores, Valentino da Silva Benjamim - cabeça de casal da herança de e Paulo Melo enquanto empresário no ramo da pesca marítima.

Agregando várias empresas temos a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo - associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objeto a representação e a defesa dos interesses da indústria, do comércio e dos serviços, a promoção da atividade económica e a prestação de serviços aos seus associados. Intervém nas duas ilhas que fazem parte do território da GRATER. Esta entidade representa 711 associados, 638 ligados ao comércio e serviços e 73 ligados à indústria. Esta entidade tem uma larga experiência com fundos comunitários sendo que ela própria já foi um órgão de receção e análise de candidaturas.

Ainda neste quadro, destaca-se uma diversidade de atividades na sinergia entre pescas e atividades marítimo turísticas. Estas atuam na cadeia de valor da fileira da pesca e atividades conexas e da náutica de recreio,

criando as condições adequadas à valorização do pescado e à promoção de atividades de desporto náutico: Vela, Windsurf, natação, mergulho, canoagem.

O Angra late Clube tem como objetivo o fomento e a prática de modalidades desportivas, em especial as náuticas. No âmbito da sua atividade, promove o desenvolvimento de atividades desportivas, incluindo a vela e canoagem, modalidades que tem registado uma elevada procura por parte de crianças e jovens, a partir dos 5 anos de idade.

O Grupo Desportivo da Mocidade Praiseira encontra-se a dinamizar a sua atividade e a tentar fazer vingar uma escola de surf, dedicando-se também ao surf adaptado.

Com fins lucrativos temos o senhor Rolando Oliveira, empresário em nome individual, instrutor de mergulho N2 com especialidade em suporte básico de vida/mergulhador socorrista e que presta como atividades o transporte costeiro e local de passageiros, ensino desportivo e recreativo, e organização de atividades de animação turística. É um reconhecido fotógrafo/ videógrafo subaquático, tendo desenvolvido, na ilha Graciosa, diversos eventos de fotografia e turismo subaquático.

A parceria constitui-se também com uma empresa por quotas que apesar de não estar ligada à fileira das pescas, está em tudo relacionada com a economia circular - a empresa Circular Blue. No âmbito do objeto desta empresa está a Recolha de resíduos inertes; valorização de resíduos não metálicos; fabricação de têxteis para uso técnico e industrial, não especificado; atividades de arquitetura, entre outros. Mas a mais-valia desta entidade está na parceria do projeto Azores EcoBlue. O lixo marinho é um dos principais problemas ambientais com que o Oceano enfrenta e o arquipélago dos Açores não é imune a esta questão global. Considerando o papel socioeconómico do sector da pesca nos Açores, o projeto Azores EcoBlue pretende utilizar e desenvolver novas e inovadoras matérias-primas, transformando o lixo marinho desta atividade, que atualmente é pouco ou não valorizado nesta Região, num mercado que pode ser de excelência como "fornecedor".

Porque a aquisição de competências através de formação, workshops e experiências é essencial em qualquer comunidade apresentamos mais 3 parceiros estratégicos.

A Fundação Gaspar Frutuoso, fundação pública de direito privado foi instituída pela Universidade dos Açores em 4 de março de 1999. Compete a esta entidade entre outras competências: fomentar, apoiar e realizar atividades de investigação científica e de desenvolvimento experimental e tecnológico, em estreita ligação com instituições de ensino superior, de investigação e empresas, e estimular a cooperação entre estas e outras entidades nacionais ou estrangeiras; promover, incentivar e concretizar a prestação de serviços de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, assim como de consultoria técnica e científica; e fomentar, apoiar e realizar ações de formação e de divulgação científica e tecnológica. Desenvolve várias parcerias de I&D tais como com a OKEANOS – Instituto de Investigação em Ciências do Mar.

A ADFMA – Associação para o Desenvolvimento e Formação para o Mar dos Açores – é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, fruto de uma parceria público-privada que conta como associados a Região Autónoma dos Açores, a Universidade dos Açores e a Escola Náutica Infante D. Henrique. Foi constituída a 03 de abril de 2019, tendo como principal área geográfica de intervenção a Região Autónoma dos Açores e zonas marítimas sob jurisdição nacional adjacentes ao arquipélago, podendo estender-se a outras regiões nacionais ou estrangeiras, em especial no Oceano Atlântico. A ADFMA tem como missão a promoção da qualificação profissional técnica, não superior, em áreas ligadas ao setor marinho e marítimo. Enquanto gestora da Escola do Mar dos Açores, pauta a sua atuação estratégica pela edificação e implementação de ações formativas vocacionadas para marítimos, demais profissionais associados à economia azul e demais comunidades de aprendentes.

A Get Art é uma entidade independente de educação e cultura no território português, constituída legalmente como Get Art – Associação Regional para a Promoção e Gestão Cultural, uma associação sem fins lucrativos fundada em 2019. A associação está sediada no Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira integrando o polo das indústrias criativas e conta com 56 associados. Esta entidade com experiência em diversos projetos culturais será uma mais-valia na dinamização de projetos de promoção, quer da rota do mar, projeto âncora do concelho onde está sediada, quer dos outros projetos âncora apresentados no nosso território uma vez que o seu grau de intervenção é bastante diversificado e a equipa bastante multidisciplinar.

Como entidades parceiras contamos ainda com várias entidades públicas, os Municípios e freguesias âncora que compõem o GAL Pescas GRATER Mar têm uma vasta experiência na gestão e implementação de projetos cofinanciados por Fundos Estruturais bem como de Iniciativas Comunitárias.

Os municípios serão os grandes impulsionadores como promotores dos projetos âncora, aos quais se juntarão todos os outros projetos complementares à concretização das metas identificadas.

As juntas de freguesia âncora são as que mais têm contacto quer com as comunidades piscatórias quer com a população em geral.

A LOTAÇOR, o último parceiro público, tem por missão realizar todas as operações de primeira venda de pescado e respetivo controlo, criando - através da exploração das lotas e instalações e/ou equipamentos de refrigeração e congelação-, as condições necessárias à produção, distribuição e comercialização do pescado da Região Autónoma dos Açores (RAA). Empresa pública regional, conhece profundamente os hábitos, cultura e necessidades da classe piscatória, desempenhando um importante papel social pois trata de significativa parte dos pagamentos à segurança social, seguradoras, sindicatos, associações diversas e, também, dos empréstimos bancários destinados à aquisição e modernização de embarcações de pesca por si avaliados.

A composição da parceria proporciona uma base de trabalho interessante para dinamizar intervenções com suporte técnico especializado, mobilizando recursos e competências que são indispensáveis para robustecer as capacidades de iniciativa dos agentes do território.

3. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO

Como forma de aferir as principais características dos territórios intervencionados, orientadoras da Estratégia de Desenvolvimento Local Costeira a desenvolver, o presente ponto encontra-se estruturado em quatro subcapítulos.

No primeiro subcapítulo apresenta-se uma caracterização geográfica dos vários municípios intervencionados. De seguida, analisa-se a evolução socioeconómica dos vários concelhos, em comparação com a realidade regional. Por último, são enumeradas as principais infraestruturas, equipamentos e eventos dos municípios que contribuem para a promoção da qualidade de vida populacional e da coesão territorial e o diversificado património natural e edificado das nossas ilhas.

3.1. Caraterização geográfica

O Grupo de Ação Local Costeiro gerido pela GRATER abrange um conjunto de 28 freguesias costeiras, num total de 403,87 km², subdividindo-se em 24 freguesias da ilha Terceira (343,22 km²) e 4 freguesias da ilha Graciosa (60,65 km²).

Tabela 1 - Área geográfica do território do GAL

Angra do Heroísmo	208,79
Altães	31,20
Angra (Nossa Senhora da Conceição)	2,47
Angra (São Pedro)	3,85
Angra (Sé)	1,84
Cinco Ribeiras	11,38
Doze Ribeiras	10,37
Feteira	3,08
Porto Judeu	28,90
Raminho	11,25
Ribeirinha	7,90
Santa Bárbara	16,43
São Bartolomeu de Regatos	26,44
São Bento	8,66
São Mateus da Calheta	6,29
Serreta	14,37
Vila de São Sebastião	24,36
Praia da Vitória	134,43
Aigualva	35,70
Biscoitos	26,30
Cabo da Praia	6,65
Lajes	11,15
Porto Martins	3,43
Praia da Vitória (Santa Cruz)	30,15
Quatro Ribeiras	13,09
Vila Nova	7,96
Santa Cruz da Graciosa	60,65
<i>Guadalupe</i>	20,61
<i>Luz</i>	11,70
<i>Santa Cruz da Graciosa</i>	15,52
<i>São Mateus</i>	12,82

Nota: Os valores concelhios contemplam apenas a áreas das freguesias que integram o GAL

Fonte: Instituto Geográfico Português (2022)

É importante salientar que apenas as 28 freguesias consideradas no GAL apresentam uma área costeira, e/ou um histórico associado às atividades da economia do mar. Das 30 freguesias que compõem a ilha Terceira, 6 delas não integram o GAL por se tratar de freguesias interiores. Assim, com um total de 33,89 km² no município de Angra do Heroísmo tem-se as freguesias de Posto Santo, Santa Luzia e Terra Chã. No município da Praia da Vitória, com uma área de 31,29 km² verifica-se as freguesias da Fonte do Bastardo, Fontinhas e São Brás.

A ilha Terceira é a terceira maior ilha do arquipélago, apresentando uma forma arredondada com cerca de 29 km de comprimento por 18 km de largura. No que respeita à sua geomorfologia, a ilha é atravessada pelo rifte da Terceira, uma estrutura geológica associada à junção tripla entre as placas tectónicas euroasiática, africana e americana.

Segundo informação divulgada pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a geomorfologia da ilha Terceira pode ser dividida em duas zonas distintas, a maior a ocidente, numa paisagem montanhosa rica em património natural e a oriente num cenário mais baixo e plano. Na parte ocidental localiza-se o ponto mais elevado da ilha, na Serra de Santa Bárbara, a cerca de 1 021 m de altura, contemplando uma extensa planície que se estende desde a Serra da Ribeirinha, no concelho de Angra do Heroísmo, até à Serra do Cume no concelho da Praia da Vitória. A parte oriental, praticamente plana, apresenta duas zonas a Achada, com uma altitude média na ordem dos 390 metros e, a norte desta, a planície do Ramo Grande, com altitude média um pouco acima dos 200 metros e declives muito suaves nas zonas baixas desde o litoral, ligeiramente acentuados nas maiores altitudes, até à Serra do Cume que a atravessa.

As condições climatéricas da ilha garantem uma forte diversidade de elementos naturais em toda a ilha, possibilitando uma diversidade de culturas, consoante a zona e o relevo da ilha. Entre a diversidade registada estão contempladas nas zonas mais planas áreas de pastagens, nas zonas com maior declive predominam matas de criptomérias, de pinheiro, de eucalipto e de outras espécies.

A ilha Terceira possui a maior mancha de urze dos Açores, destacando-se a Serra de Santa Bárbara, onde as matas de vegetação endémica remetem para a floresta nativa do arquipélago, geralmente conhecida por floresta laurifólia.

A cultura vitivinícola marca também presença na paisagem terceirense, geralmente associadas à cultura da vinha em curraletas, delimitadas por muretes de pedra seca recolhida do próprio terreno, para abrigo dos ventos e aumento da temperatura. O coberto vegetal, constituído pela vegetação autóctone juntamente com outros tipos de vegetação introduzida, constitui um importante fator de diversificação paisagística da ilha Terceira.

A ilha Graciosa também situada na estrutura tectónica designada por rifte da Terceira, é a ilha mais a norte do Grupo Central. Com uma configuração alongada ao longo do eixo do rifte, o seu formato assemelha-se a um ovóide com cerca 12,5 km de comprimento e 7,5 km de largura máxima, destacando-se como a segunda ilha mais pequena de todo o arquipélago.

Segundo a Azores Islands a ilha Graciosa destaca-se como o território mais plano e seco do arquipélago. A sua altitude máxima de 402m está patente na parte oriental da Caldeira, situada no sudeste da ilha. De resto, as restantes zonas mais escarpadas da ilha estão presentes nos cones de escórias vulcânicas. Em termos geológicos a ilha pode ser dividida em cinco complexos, designadamente, O Complexo da Serra das Fontes; Complexo da Baía do Filipe; Complexo da Serra Branca e da Serra Dormida; Complexo de Cobertura Basáltica; e o Vulcão central (Maciço da Caldeira).

O relevo repleto de basaltos, andesitos, materiais de projeção e cones de escórias, é constituído por várias formações geológicas, nomeadamente: o ilhéu da Praia, o ilhéu de Baixo, a caldeira e a furna da caldeira (cratera vulcânica), a ponta do Enxudreiro, a ponta da Engrade, a ponta da Pesqueira, a serra das Fontes (361m), a serra Dormida (398m), o Barroso (122m), o pico das Bichas (144 m), o Facho (375 m) e o pico da Brasileira (112 m).

A linha de costa, muito acidentada e recortada por pequenas calhetas, é em geral baixa, com exceção do troço noroeste, correspondente à Serra Branca, onde a falésia excede os 300 metros de altura. Na costa abrem-se duas baías pouco profundas, a sueste surge a baía da Praia, onde se situa o porto da Vila da Praia, porto comercial e de pescas da ilha, e a Sudoeste surge a baía do Filipe. A nordeste na zona de Santa Cruz da Graciosa abrem-se algumas pequenas calhetas, muito expostas ao mar, onde se anicham o porto de Santa Cruz.

Em termos de clima este é ameno, com uma precipitação regular ao longo do ano, responsável pela fertilidade dos solos e pela existência de alguns recursos hídricos, de que são exemplo as ribeiras Grotta da Ventosa e Grotta da Lombada. A estas características, estão associadas a baixa altitude particularidade da ilha, gerando condições propícias à produção hortícola, com destaque para a produção de meloa e de alhos, este último integrante da lista das Indicações Geográficas Protegidas (IGP) da União Europeia desde 2021.

Na Graciosa, são visíveis zonas de vegetação onde foram disseminadas criptomérias, acácias, pinheiros e incensos que contrastam com vegetação autóctone de outras áreas, como a Erica Azorica, endémica dos Açores, que ladeia as principais zonas alteradas pelo desenvolvimento humano do território.

3.2. Caraterização Sócia Económica

Neste subcapítulo, caracteriza-se detalhadamente a realidade socioeconómico dos municípios intervencionados. Em primeiro lugar, é exposto um retrato demográfico, seguindo-se de uma análise sob

várias perspetivas do desenvolvimento económico do território. Finalmente, examina-se a evolução do mercado laboral.

3.2.1. Evolução demográfica

Segundo dados dos últimos censos realizados à população, em 2021 o território intervencionado pelo Grupo de Ação Local Pescas GRATER MAR totalizava 47.199 habitantes, traduzindo uma diminuição de 5,88% em relação à população residente em 2011, variação superior à média da Região Autónoma dos Açores, onde se registou uma quebra populacional de 4,20%. De um total de 28 freguesias com realidades bastante heterogéneas, 23 contribuíram para a diminuição verificada, destacando-se a freguesia das Quatro Ribeiras, do concelho da Praia da Vitória, com uma quebra de 18,27% da população residente. Em contrapartida, 5 freguesias apresentaram crescimentos neste período, realçando-se a subida de 17,18% observada em Porto Martins.

No que respeita à densidade populacional, é nas freguesias que formam a cidade de Angra do Heroísmo que se verificam as maiores densidades populacionais. A nível concelhio, o valor mais baixo pertence ao concelho de Santa Cruz da Graciosa, com 67,17 hab/km². O aglomerado de freguesias que compõem a parceria em análise apresentava, em 2021, 116,87 hab/km², superior aos 101,81 hab/km² verificados na Região.

Tabela 2 - População residente (n.º) e densidade populacional no território abrangido pela parceria por local de residência (à data dos Censos)

	2011	2021	Varição	Densidade populacional (hab/km ²)
Região Autónoma dos Açores	246 772	236 413	-4,20%	101,81
Angra do Heroísmo	35 402	33 771	-4,61%	141,30
Altares	901	849	-5,77%	27,21
Angra (Nossa Senhora da Conceição)	3 717	3 377	-9,15%	1 367,21
Angra (São Pedro)	3 460	3 268	-5,55%	848,83
Angra (Sé)	955	928	-2,83%	504,35
Cinco Ribeiras	704	683	-2,98%	60,02
Doze Ribeiras	513	431	-15,98%	41,56
Feteira	1 239	1 343	8,39%	436,04
Porto Judeu	2 501	2 293	-8,32%	79,34
Raminho	565	464	-17,88%	41,24
Ribeirinha	2 684	2 480	-7,60%	313,92
Santa Bárbara	1 274	1 279	0,39%	77,85
São Bartolomeu de Regatos	1 983	1 936	-2,37%	73,22
São Bento	2 000	1 909	-4,55%	220,44
São Mateus da Calheta	3 757	3 777	0,53%	600,48
Serreta	335	316	-5,67%	21,99
Vila de São Sebastião	2 096	2 048	-2,29%	84,07
Praia da Vitória	21 035	19 463	-7,47%	119,93
Aigualva	1 432	1 235	-13,76%	34,59
Biscoitos	1 424	1 449	1,76%	55,10
Cabo da Praia	712	670	-5,90%	100,75
Lajes	3 744	3 410	-8,92%	305,83
Porto Martins	1 001	1 173	17,18%	341,98
Praia da Vitória (Santa Cruz)	6 690	5 956	-10,97%	197,55

Quatro Ribeiras	394	322	-18,27%	24,60
Vila Nova	1 678	1 513	-9,83%	190,08
Santa Cruz da Graciosa	4 391	4 090	-6,85%	67,44
Guadalupe	1 096	987	-9,95%	47,89
Luz	683	631	-7,61%	53,93
Santa Cruz da Graciosa	1 776	1 739	-2,08%	112,05
São Mateus	836	733	-12,32%	57,18

Nota: Os valores concelhios contemplam apenas a áreas das freguesias que integram o GAL

Fonte: INE (2022)

A baixa natalidade e o conseqüente progressivo envelhecimento da população é uma realidade sentida um pouco por todo o país e também visível no território intervencionado pela GRATER, com a população com mais de 65 anos a representar cerca de 19,35% da população residente em 2021 (14,99% em 2011), valor superior ao verificado na média regional no mesmo período. As freguesias com um maior índice de envelhecimento da população, pertencem ao concelho Santa Cruz da Graciosa e à zona histórica de Angra do Heroísmo.

Tabela 3 - Proporção da população residente por escalão etário (%) na Região Autónoma dos Açores e nos concelhos intervencionados

		Escalão etário							
		0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e mais anos	
		2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Região Autónoma dos Açores		17,91%	14,62%	14,07%	11,94%	54,90%	56,90%	13,12%	16,54%
Ilha Terceira	Angra do Heroísmo	16,36%	13,31%	13,26%	11,14%	55,66%	56,27%	14,72%	19,28%
	Praia da Vitória	16,04%	13,52%	13,83%	10,96%	56,43%	57,16%	13,70%	18,35%
Ilha Graciosa	Santa Cruz da Graciosa	15,15%	14,84%	12,89%	11,96%	54,90%	53,54%	17,06%	19,67%

Fonte: INE (2022)

A nível regional, em 2021, constata-se que existe uma menor proporção de pessoas com pelo menos o Ensino Secundário em relação aos que detêm até ao 1º Ciclo do Ensino Básico, facto para o qual contribuem os municípios de Angra do Heroísmo, da Praia da Vitória e de Santa Cruz da Graciosa. Relativamente a Angra do Heroísmo, tanto em 2011 como em 2021, há uma maior escolarização face ao global da Região, com uma maior proporção de pessoas com Ensino Superior e uma menor proporção de pessoas sem qualquer escolaridade. Para este maior grau de escolaridade pode contribuir a presença de um polo da Universidade dos Açores no município. Entre 2011 e 2021, observa-se uma acentuada melhoria do nível de escolaridade da população a nível regional, observando-se um crescimento de cerca de 14 pontos percentuais na proporção da população com habilitações iguais ou superiores ao 3º Ciclo do Ensino Básico. A maior subida verificada registou-se no município de Santa Cruz da Graciosa, embora este valor permaneça abaixo da média regional. A Praia da Vitória mantém-se como o município onde se regista a menor proporção da população com pelo menos o 3.º Ciclo do Ensino Básico.

Para a melhoria do nível de escolaridade da população contribuiu a diversidade de estabelecimentos de ensino presentes nas duas ilhas em análise, salientando-se:

□ Na ilha Terceira:

- Escola Básica e Secundária Tomás de Borba;
- Escola Básica Integrada da Praia da Vitória;
- Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo;
- Escola Básica Integrada dos Biscoitos;
- Escola Básica Integrada Francisco Ferreira Drummond;

- Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade; e
 - Escola Secundária Vitorino Nemésio.
- Na ilha Graciosa:
- Escola Básica e Secundária da Graciosa.

Concomitantemente, à oferta formativa pública ainda estão presentes em ambas as ilhas iniciativas privadas, que contribuem para a melhoria da qualificação da população através de escolas profissionais, entre as quais se destaca a recente Escola do Mar dos Açores. Esta unidade de ensino, orientada para a aprendizagem relacionado com o mar, tem como objetivo a melhoria da qualificação e competências profissionais no contexto da economia azul.

Tabela 4 - Nível de escolaridade da população da Região Autónoma dos Açores e dos concelhos intervencionados (%) (à data dos Censos)

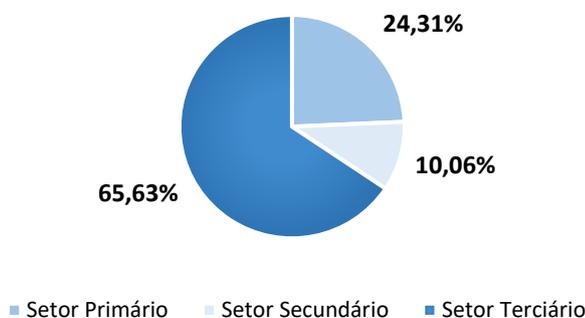
	Região Autónoma dos Açores		Ilha Terceira		Ilha Graciosa			
	2011	2021	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória	Santa Cruz da Graciosa			
			2011	2021	2011	2021		
Nenhum	20,86%	13,73%	19,08%	12,69%	19,63%	14,67%	22,27%	13,74%
Ensino Básico - 1º Ciclo	26,80%	22,41%	27,77%	23,28%	30,56%	30,10%	33,16%	26,30%
Ensino Básico - 2º Ciclo	17,54%	15,14%	16,11%	13,27%	16,38%	14,55%	15,55%	14,11%
Ensino Básico - 3º Ciclo	15,75%	17,40%	15,69%	17,36%	15,93%	15,72%	14,42%	16,48%
Ensino Secundário e Pós-Secundário	10,85%	18,78%	11,36%	18,66%	11,33%	15,28%	8,49%	18,75%
Superior	8,20%	12,54%	10,00%	14,75%	6,16%	9,68%	6,10%	10,63%

Fonte: INE (2022)

3.2.2. Evolução económica

Ao longo dos últimos anos assistiu-se a um progressivo desenvolvimento económico, apenas interrompido pelo advento da pandemia de COVID-19, verificando-se um processo de terciarização da economia. Entre 2011 e 2020, verificou-se um aumento de 12,67% das empresas existente nos Açores, correspondendo a uma variação de 5,89% no VAB gerado na Região. Em 2020, o tecido empresarial açoriano era composto por 65,63% de empresas ligadas ao setor terciário, 10,06% de empresas pertencentes ao setor secundário e somente 24,31% de entidades integrantes no setor primário.

Gráfico 1 - Empresas por setor de atividade na Região Autónoma dos Açores em 2020



Fonte: PORDATA (2022)

A nível económico, o território abrangido pelo GAL formalizado pela GRATER apresenta duas realidades distintas. Por um lado, a Ilha Terceira possui uma economia mais terceirizada. Por outro lado, a ilha da Graciosa apresenta uma realidade mais ruralizada com características próprias.

No período compreendido entre 2011 e 2020, à semelhança do sucedido na Região, verificou-se o crescimento do número de empresas que operam nos territórios abrangidos pelo GAL. O maior crescimento em número de empresas ocorreu no município de Angra do Heroísmo (13,56%), seguindo-se os municípios de Santa Cruz da Graciosa (12,86%) e Praia da Vitória (11,19%). Nestes municípios, o setor primário foi o que registou o maior crescimento do número de empresas em termos relativos, destacando-se o município de Angra do Heroísmo com uma variação positiva de 25,40%. Apenas as empresas ligadas ao setor secundário registaram uma quebra no período analisado, ficando a mesma a dever-se ao encerramento de empresas ligadas à construção civil durante o período da crise económico financeira das dívidas soberanas, que se iniciou em 2008.

Tabela 5 - Empresas (n.º) por setor de atividade económica na Região Autónoma dos Açores e nos concelhos intervencionados

	Região Autónoma dos Açores		Ilha Terceira				Ilha Graciosa	
			Angra do Heroísmo		Praia da Vitória		Santa Cruz da Graciosa	
	2011	2020	2011	2020	2011	2020	2011	2020
Primário	6 210	7 286	937	1 175	609	756	233	282
Secundário	3 641	3 017	492	458	298	261	79	65
Terciário	16 754	19 673	2 717	3 075	1 328	1 468	240	276
Total	26 605	29 976	4 146	4 708	2 235	2 485	552	623

Fonte: PORDATA (2022)

Não obstante a oscilação do número de empresas registadas, não se registaram variações significativas no número médio de colaboradores por entidade. Independentemente do setor de atividade, a variação média do número de colaboradores por entidade cifrou-se em 2,50%, na Região Autónoma dos Açores. Em particular, no município de Angra do Heroísmo as alterações da dimensão média das empresas foram mais expressivas nos setores secundário e terciário, com variações médias de -14,09% e 25,99%, respetivamente. Estas alterações, concomitantemente com as verificadas anteriormente no número de empresas, evidenciam por um lado a diminuição do número de empresas e da sua dimensão média no setor secundário. Por outro lado, no setor terciário, verifica-se um aumento do número de entidades e da dimensão média destas.

O concelho da Praia da Vitória apresentou entre 2011 e 2020, um crescimento da dimensão média das empresas presentes no município, destacando-se a variação de 3,27% no setor terciário. O município de Santa Cruz da Graciosa foi o único concelho em análise em que se registou um decréscimo na dimensão média das empresas no setor terciário.

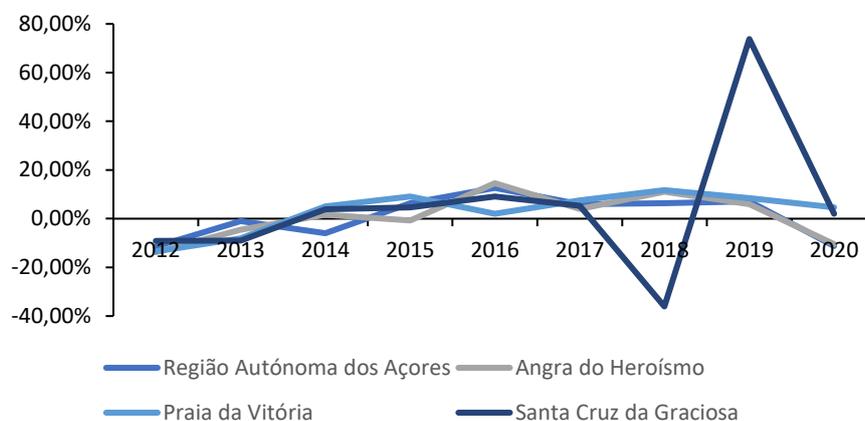
Tabela 6 - Dimensão média das empresas (n.º de colaboradores), na R.A. dos Açores e nos municípios intervencionados

	Região Autónoma dos Açores		Ilha Terceira				Ilha Graciosa	
			Angra do Heroísmo		Praia da Vitória		Santa Cruz da Graciosa	
	2011	2020	2011	2020	2011	2020	2011	2020
Primário	1,28	1,31	1,19	1,23	1,17	1,18	1,14	
Secundário	5,21	5,34	5,11	4,39	4,96	5,1	2,94	3,77
Terciário	2,47	2,53	2,27	2,86	2,14	2,21	2,04	1,92

Fonte: INE (2023)

Não obstante o menor crescimento do número de empresas se tenha registado no concelho da Praia da Vitória, este município apresentou, entre 2011 e 2020, um aumento no VAB criado de 26,75%, seguindo-se Santa Cruz da Graciosa (16,89%). Angra do Heroísmo é o município em análise que apresentou o menor crescimento do VAB (4,21%), consumando um crescimento inferior à média regional (5,89%).

Gráfico 2 – Variação do Valor Acrescentado Bruto (VAB) (%) das empresas não financeiras na Região Autónoma dos Açores e nos concelhos intervencionados



Fonte: INE (2022)

3.2.2.1. Setor primário

No que diz respeito ao setor primário, consideram-se dois principais tipos de atividades: as atividades agrícolas e pecuárias e as atividades relacionadas com as pescas.

Entre 2009 e 2019, assistiu-se a uma diminuição do número de explorações agrícolas, embora se tenha verificado um aumento da superfície agrícola utilizada (SAU). De acordo com os dados do último Recenseamento Geral da Agricultura, em 2019 existiam, em Angra do Heroísmo, 1.298 explorações com uma SAU de 15.828 ha, o que representa uma redução de 25% na quantidade de explorações agrícolas, num período de dez anos. No entanto, a Região registou uma diminuição da SAU de apenas cerca de 2%. A Ilha Graciosa apresenta uma semelhante diminuição no número de explorações agrícolas, porém observa-se um aumento na SAU.

Tabela 7 - Evolução do número de explorações e da SAU

	Ilha Terceira				Ilha Graciosa	
	Angra do Heroísmo		Praia da Vitória		Santa Cruz da Graciosa	
	2009	2019	2009	2019	2009	2019
Explorações Agrícolas	1733	1298	1258	991	405	339
SAU (ha)	16216	15828	7152	7887	3175	3416

Fonte: INE (2022)

As alterações verificadas na estrutura fundiária, no período em análise, resultaram num aumento da área média das explorações, verificando-se a maior dimensão média na ilha Terceira.

As atividades relacionadas com a fileira da pesca têm registado uma diminuição do interesse por parte da população, apesar da abundância e disponibilidade de recursos marinhos nos mares da Região Autónoma dos Açores. No entanto, estas atividades assumem uma elevada relevância na preservação de valores culturais e na coesão socioeconómica do território, constituindo-se como um elemento de fixação de população nas

zonas costeiras e garantindo o sustento das comunidades piscatórias, cuja principal fonte de rendimento provém do mar.

Em termos de infraestruturas, o território de intervenção conta com vários portos, cobrindo as diferentes tipologias existentes, destacando-se o porto comercial com cais de passageiros da Praia da Vitória, os portos comerciais e cais de passageiros em Angra do Heroísmo (Porto das Pipas) e na Graciosa (Porto da Praia) e os diversos portos de pequena dimensão destinados exclusivamente para a pesca local. De referir, ainda, a existência de duas marinas na ilha Terceira, uma no município de Angra do Heroísmo e outra no município da Praia da Vitória.

Tabela 8 - Portos marítimos nos concelhos intervencionados

Classe	Principais funções	Localização
Classe A	Portos com funções de entrepostos comerciais, com fundos de cota mínima de 7,00 ZH e cais acostável de pelo menos 400m	Ilha Terceira: Porto da Praia da Vitória
Classe B	Portos com funções comerciais, suportando a atividade económica da Ilha onde se situam, cujos fundos tenham a cota mínima de 4,00 ZH e com cais acostável de pelo menos 160m	Ilha Graciosa: Porto da Praia
Classe C	Portos com funções mistas de pequeno comércio, transporte de passageiros e pescas	Ilha Terceira: Porto das Pipas
Classe D	Portos cuja função exclusiva é serem destinados às pescas	Ilha Terceira: Biscoitos, Porto Martins, Vila Nova, São Mateus, Porto Judeu Ilha da Graciosa: Praia da Graciosa, Folga, Santa Cruz
Classe E	Pequenos portos sem qualquer das funções específicas previstas nas restantes classes, em geral designados por "portinhos"	N/A

Fonte: Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A e Portos dos Açores S.A. (2022)

A análise dos principais indicadores da atividade pesqueira no território de intervenção permite constatar que, entre 2011 e 2021, observa-se uma diminuição do número de embarcações, em ambas as ilhas, assim como do número de pescadores matriculados. Trata-se, essencialmente, de uma frota com embarcações de pequena dimensão, com pesca artesanal, seletiva e ambientalmente sustentável, observando-se uma tendência de aumento do número de pescadores por embarcação.

Tabela 9 - Síntese da atividade pesqueira

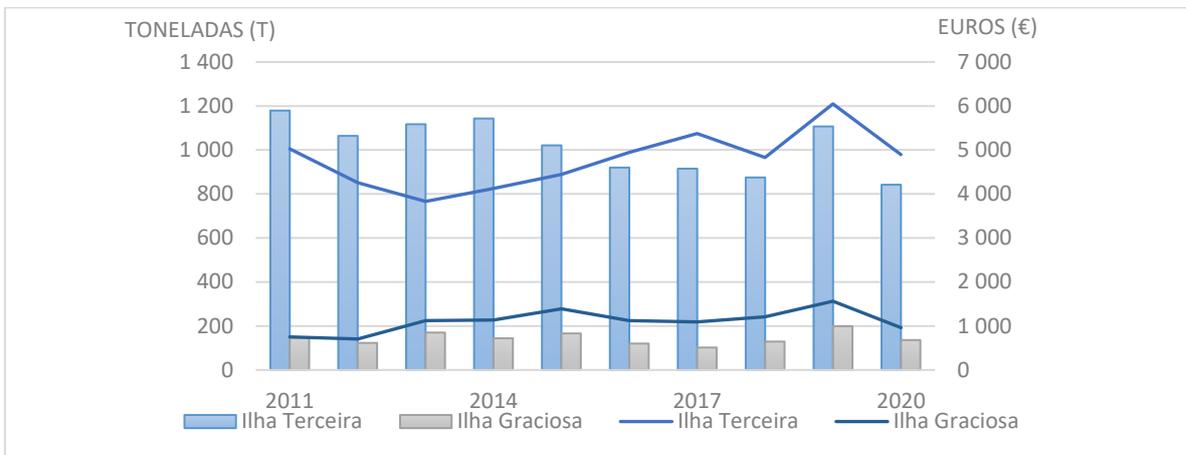
	Ilha Terceira		Ilha Graciosa	
	2011	2021	2011	2021
Pescadores matriculados em 31 de dezembro (n.º)	302	200	129	44
Embarcações de pesca com motor (n.º)	150	131	47	43
Embarcações de pesca sem motor (n.º)	3	2	0	0
Capacidade das embarcações de pesca c/ motor (GT)	1 386	1 377	171	184
Capacidade das embarcações de pesca s/ motor (GT)	2	1	0	0
Potência do motor das embarcações de pesca (KW)	9 579	9 113	2 198	2 076

Fonte: Direção Regional das Pescas (2022)

Entre 2011 e 2021, as descargas comerciais decresceram na ilha Terceira, passando de 1.179 toneladas para 1.045 toneladas, observando-se um cenário decrescente idêntico na Ilha Graciosa. No valor comercial das capturas nominais regista-se, em ambas as ilhas, um aumento em termos absolutos do valor do produto capturado, com uma maior expressividade na ilha Graciosa. O decréscimo do pescado capturado, conjugado com o aumento do valor global das capturas em ambos os territórios, resultou num aumento do valor médio da pesca descarregada. O indicador em análise representa um valor médio mais expressivo, durante o

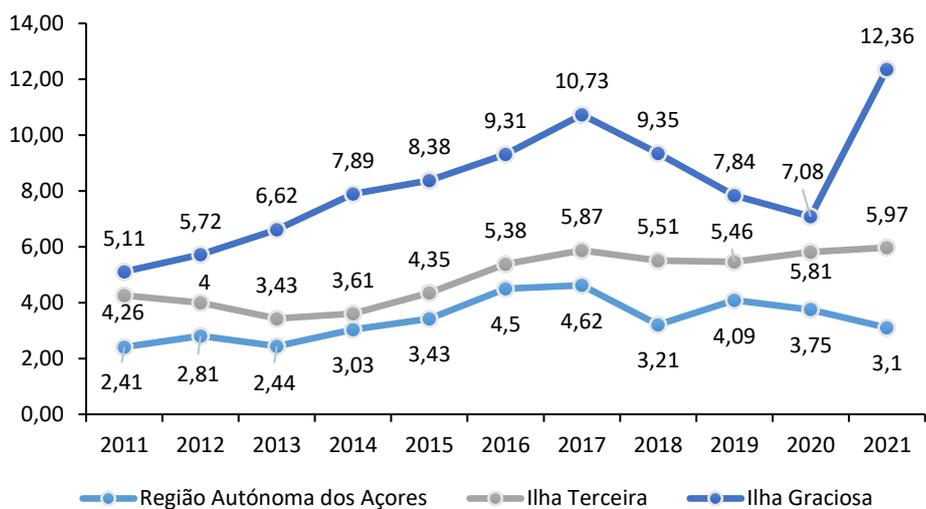
horizonte temporal em análise, na ilha Graciosa, seguindo-se a ilha Terceira, com ambos os territórios a apresentarem valores acima da média da Região. Entre 2018 e 2020, verificou-se um crescimento acentuado do peixe capturado na ilha Graciosa, o que contribuiu para um decréscimo do preço médio. Todavia, a descida das capturas e o aumento do valor do pescado, em 2021, resultaram num aumento do valor médio da pesca descarregada. No último ano considerado, o valor médio do pescado na ilha Graciosa foi em média, 300% mais elevado que na média da região. A diferença significativa entre o valor do pescado na ilha Graciosa e a média regional, pode estar relacionada com o facto de não se registar a apanha de espécies com menor valor comercial. Relativamente às espécies comuns capturadas na ilha Terceira e a nível regional, não se registam diferenças significativas entre o seu valor médio. No que concerne ao pescado com menor valor comercial, inclui-se neste aglomerado espécies tais como pescadas, besugos, raia, tamboril, cações e tainhas.

Gráfico 3 - Capturas nominais de pescado



Fonte: Direção Regional das Pescas (2022)

Gráfico 4 - Valor médio da pesca descarregada (€/kg)



Fonte: INE (2022)

Tabela 10 - Capturas nominais de pescado por espécie (grupos), em toneladas (t)

Espécie	Ilha Terceira		Ilha Graciosa	
	2011	2021	2011	2021
Águas salobra e doce	0	0	0	0
Peixes marinhos	1 165	1 021	101	130
Crustáceos	7	5	0	0
Moluscos	7	19	45	8
Espécies aquáticas diversas	0	0	0	0
Total	1 179	1 045	147	138

Fonte: INE (2022)

Em termos dos diferentes grupos de espécies descarregadas, destacam-se os peixes marinhos. Neste grupo incluem-se várias espécies de pescado, designadamente: a abrótea, o atum, o carapau, a cavala, o congro, o goraz (espécie predominante na ilha Graciosa), o sargo, a raia, o cherne, o cantarilho, entre as mais diversas e similares espécies. É ainda de mencionar que se tem verificado o crescimento da captura de moluscos, como as lulas e os polvos na Ilha Terceira, embora de um modo geral se assista a uma diminuição do pescado capturado.

Tabela 11 - Capturas nominais de pescado por espécie, em toneladas (t)

Espécie	2011			2013			2015			2017			2019			2021		
	RAA	Ilha Terceira	Ilha Graciosa	RAA	Ilha Terceira	Ilha Graciosa	RAA	Ilha Terceira	Ilha Graciosa	RAA	Ilha Terceira	Ilha Graciosa	RAA	Ilha Terceira	Ilha Graciosa	RAA	Ilha Terceira	Ilha Graciosa
Abróteas	331	130	7	312	112	4	243	104	7	103	37	5	98	34	2	208	91	3
Atum e similares	10 387	135	1	8 571	72	-	2 604	19	1	2 052	19	-	3 390	59	-	7 648	220	4
Badejo	1	-	-	1	-	-	1	-	-	2	-	-	1	-	-	2	-	-
Besugo	5	1	-	9	-	-	14	1	-	37	1	-	14	-	-	32	-	-
Carapau negro	973	166	5	715	120	1	872	155	3	602	142	2	1 040	263	4	878	140	2
Cavala	388	41	1	306	46	2	383	44	3	197	58	1	227	62	2	337	41	4
Cherne	266	45	7	209	48	2	114	20	1	128	26	1	80	12	1	68	17	1
Congro ou safio	426	88	6	517	122	4	574	121	7	318	79	7	173	45	4	205	48	3
Pargos	48	14	2	44	7	1	153	32	7	131	31	4	39	10	1	63	21	2
Peixe espada	148	13	1	360	9	-	428	4	-	100	3	-	65	15	1	83	14	-
Peixe espada preto	139	48	-	206	108	-	7	-	-	63	-	-	17	-	-	-	-	-
Pescadas	25	5	1	15	4	-	13	1	-	10	3	-	10	3	-	10	3	-
Raias	90	20	-	115	24	1	171	60	1	69	22	1	41	12	-	89	34	-
Salmonetes	13	1	-	11	1	-	11	2	-	10	-	-	8	2	-	11	1	-
Sardinha	34	5	-	1	-	-	25	1	-	32	2	-	22	3	-	25	4	-
Sargos	24	6	-	21	3	-	36	8	-	70	14	1	49	13	2	40	7	1
Tamboril	2	1	-	3	1	-	4	2	-	6	3	-	3	2	-	3	2	-
Cações	43	14	-	46	13	-	71	25	-	75	27	-	27	8	-	27	8	-
Ruivos	1	-	-	2	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
Boga	11	-	-	5	-	-	23	-	-	64	-	-	15	1	-	4	1	-

Goraz	624	175	38	692	172	100	701	170	109	499	138	51	473	171	48	559	160	88
Salema	4	-	-	5	-	-	5	-	-	6	1	-	2	-	-	1	-	-
Garoupas	30	9	1	26	4	-	102	24	1	76	20	2	31	7	-	25	5	-
Tainhas	26	3	-	23	2	-	22	4	-	27	4	-	16	2	-	12	2	-
Cantarilhos	303	76	2	298	91	2	320	74	4	374	85	4	214	51	1	222	55	3
Imperador	226	63	7	168	48	4	151	17	1	149	15	-	138	51	1	124	39	2
Galo negro	-	-	-	-	-	-	14	2	-	19	8	-	4	1	-	6	1	-
Diversos peixes marinhos	822	104	23	737	88	11	778	99	16	826	137	20	759	116	27	739	108	18
Lagostas e Lavagantes	4	3	-	3	2	-	18	8	-	19	9	1	3	1	-	4	2	-
Santola	1	-	-	-	-	-	1	1	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-
Caranguejos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	3	-	-
Diversos crustáceos	6	3	-	6	3	-	21	12	1	24	16	-	13	10	-	5	3	-
Ameijoas	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-
Búzios	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	1	-	1	1	-	2	-	-
Lulas	668	3	44	476	3	34	202	-	1	217	2	-	1 284	147	106	349	9	8
Polvos	6	2	-	24	7	-	17	6	-	13	5	-	6	2	-	12	3	-
Diversos moluscos	14	2	-	31	5	-	56	4	-	50	6	1	21	3	-	52	7	-
Ouriços	-	-	-	-	-	-	5	-	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-
Total	16 092	1 179	147	13 961	1 117	170	8 164	1 021	166	6 379	915	102	8 292	1 107	199	11 851	1 045	138

Fonte: INE (2022)

Tabela 12 - Capturas nominais de pescado por espécie, em milhares de euros (m €)

Espécie	2011			2013			2015			2017			2019			2021		
	RAA	Ilha Terceira	Ilha Graciosa	RAA	Ilha Terceira	Ilha Graciosa	RAA	Ilha Terceira	Ilha Graciosa	RAA	Ilha Terceira	Ilha Graciosa	RAA	Ilha Terceira	Ilha Graciosa	RAA	Ilha Terceira	Ilha Graciosa
Atum e similares	15 907	273	2	14 890	153		5 166	77	4	4 299	63		5 440	143		11 429	420	5
Badejo	5	0		7			8			14			8		0	12		0
Besugo	19	2		35	1		50	1		167	4		63			122		
Carapau negro	1 558	252	13	1 021	128	2	1 106	144	3	1 318	203	4	1 336	286	7	1 198	183	3
Cavala	389	73	2	399	81	4	386	45	3	305	72	2	304	81	4	443	59	8
Cherne	3 387	547	82	2 286	473	23	1 725	267	9	1 975	336	11	1 423	194	18	1 201	281	17
Congro ou safio	722	122	8	707	136	5	929	132	9	748	167	14	517	121	8	530	131	8
Pargos	494	147	18	386	65	15	1 506	328	66	1 510	357	41	478	132	12	809	264	22
Peixe espada	281	13		531	10		1 089	5	1	367	5	1	170	24	1	180	17	
Peixe espada preto	420	143		425	215	0	24		0	205		0	51			2		0
Pescadas	60	10		34	7		36	4		44	8		51	11		46	12	
Raias	93	6		84	2		209	31	1	110	28		74	7		127	20	
Salmonetes	125	10	0	78	7	0	93	14		117	1	0	103	17	0	125	13	0
Sardinha	47	5	0	3		0	39	1	0	73	3	0	37	4	0	43	6	0
Sargos	81	15		61	6	1	98	16		245	30	4	149	26	5	122	14	2
Tamboril	4	1		5	1		9	3		11	4		9	4		11	3	0
Cações	72	19		85	17		123	21		174	50		50	11		43	7	
Ruivos	1		0	1			2			1					0	1		0
Boga	8		0	6		0	7		0	45		0	8			3		0

Goraz	5 813	1 812	329	5 380	1 264	870	6 428	1 611	1 142	7 030	1 974	793	6 550	2 299	709	8 638	2 495	1 432
Salema	4			5			5			5			2			1		
Garoupas	168	40	5	138	18	1	426	87	6	408	96	7	209	45	1	210	35	
Tainhas	46	4		45	3		41	4		68	7		50	4		38	2	
Cantarilhos	1 271	337	10	1 288	352	11	1 662	383	22	2 207	484	27	1 588	361	9	1 655	414	28
Imperador	1 123	280	33	794	201	10	997	134	5	1 152	223	5	1 598	511	9	2 310	689	39
Galo negro	0	0	0	0	0	0	152	21	4	232	84	4	46	15	3	99	17	4
Diversos peixes marinhos	2 179	425	62	1 692	258	27	2 567	475	69	3 162	592	122	2 892	504	100	3 317	568	85
Lagostas e Lavagantes	111	91	4	97	45	8	429	198	8	539	254	16	91	41	1	115	69	1
Santola	2	1	0	1	1	0	4	3	0	3	3	0	1		0			0
Caranguejos		0	0	0	0	0			0	2		0	4		0	35	0	0
Diversos crustáceos	33	14	1	30	10		71	36	2	114	48	1	69	23	1	43	18	0
Ameijoas	2		0	4	0	0	20		0	21	0	0	13	0	0	26	0	0
Búzios			0			0	2	1		3	2		2	1	0	6		0
Lulas	3 109	9	161	2 249	9	131	1 317	1	3	1 758	11	2	9 638	929	663	2 294	46	32
Polvos	44	11		133	38		109	32	2	107	34	1	72	24		132	30	0
Diversos	106	22	2	174	28	2	298	20	4	354	40	10	252	28	3	427	63	4
Ouriços	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3		0	4	1	0			0
Total	38 723	5 024	749	34 033	3 831	1 124	28 033	4 442	1 388	29 476	5 375	1 090	33 933	6 047	1 563	36 725	6 237	1 707

Fonte: INE (2022)

3.2.2.2. Setor secundário

No que diz respeito ao setor secundário, no território de intervenção, este consiste, sobretudo, nas indústrias relacionadas com a transformação de produtos primários, destacando-se a indústria alimentar, a indústria da madeira e a fabricação de produtos metálicos. Em 2020, face a 2011 a construção mantém-se como a atividade proeminente, considerando o número de empresas existentes. No entanto, é de realçar que, de um modo geral, a construção foi a única atividade a diminuir a sua representação.

Tabela 13 - Empresas (n.º) por atividade económica pertencente ao setor secundário na Região Autónoma dos Açores e nos concelhos intervencionados

	Região Autónoma dos Açores		Ilha Terceira				Ilha Graciosa	
	2011	2020	Angra do Heroísmo		Praia da Vitória		Santa Cruz da Graciosa	
			2011	2020	2011	2020	2011	2020
Indústrias extrativas	19	15	0	1	1	0	0	0
Indústrias transformadoras	1 104	1 151	166	174	89	102	28	31
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	30	47	3	3	2	9	2	3
Captação, tratamento e distribuição de água; etc.	23	41	5	6	3	5	0	1
Construção	2465	1763	318	274	203	145	49	30
Total	3 641	3 017	492	458	298	261	79	65

Fonte: INE (2022)

No que respeita à energia, verifica-se um crescimento relativo das empresas ligadas a este ramo de atividade, nos vários concelhos intervencionados, superior ao observado na região.

3.2.2.3. Setor terciário

Integram o setor terciário as entidades que se dedicam à atividade de comércio e prestação de serviços. De um modo geral, registou-se uma evolução positiva na quantidade de empresas que integra o setor terciário. O setor do alojamento, restauração e similares foi o que mais aumentou, verificando-se, entre 2011 e 2020, mais 54,79% em Angra do Heroísmo, 41,01% na Praia da Vitória e 35,48% em Santa Cruz Da Graciosa. No entanto, este crescimento fica aquém da média regional. Apenas os setores do comércio e reparação de veículos e o setor da educação registaram uma diminuição das empresas existentes, nos municípios da ilha Terceira. No município de Santa Cruz da Graciosa, registou-se um decréscimo, apenas no número de empresas ligadas às atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, com uma quebra de 43,75%.

Tabela 14 - Empresas (n.º) por atividade económica pertencente ao setor terciário na Região Autónoma dos Açores e nos concelhos intervencionados

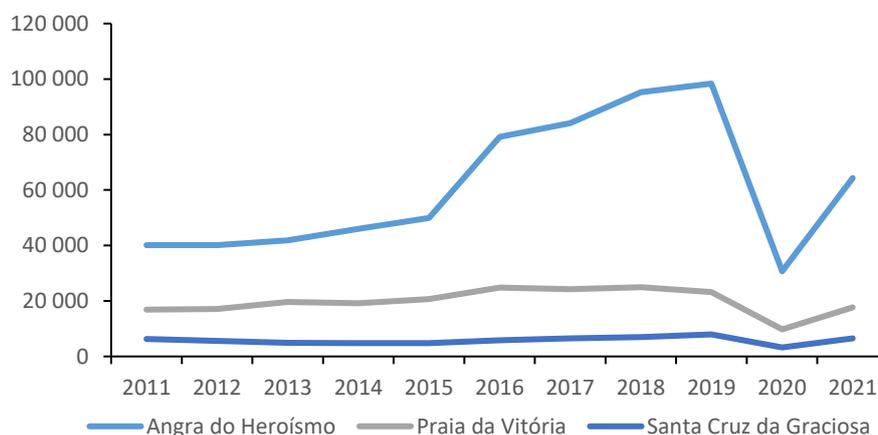
	Região Autónoma dos Açores		Ilha Terceira				Ilha Graciosa	
	2011	2020	Angra do Heroísmo		Praia da Vitória		Santa Cruz da Graciosa	
			2011	2020	2011	2020	2011	2020
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	4 385	4 260	743	648	392	350	73	76
Transportes e armazenagem	766	755	85	68	74	77	24	28
Alojamento, restauração e similares	1 684	3 007	219	339	139	196	31	42
Atividades de informação e de comunicação	283	363	42	56	16	30	5	7

Atividades imobiliárias	260	399	30	49	16	14	3	4
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1 813	2 097	384	407	104	141	20	23
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2 973	3 723	416	613	263	277	35	41
Educação	1 425	1 127	225	166	75	61	9	10
Atividades de saúde humana e apoio social	1 242	1 795	238	356	86	128	8	19
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	686	886	104	157	53	66	16	9
Outras atividades de serviços	1 237	1 261	231	216	110	128	16	17
Total	7 378	8 784	1 119	1 160	637	667	136	157

Fonte: INE (2022)

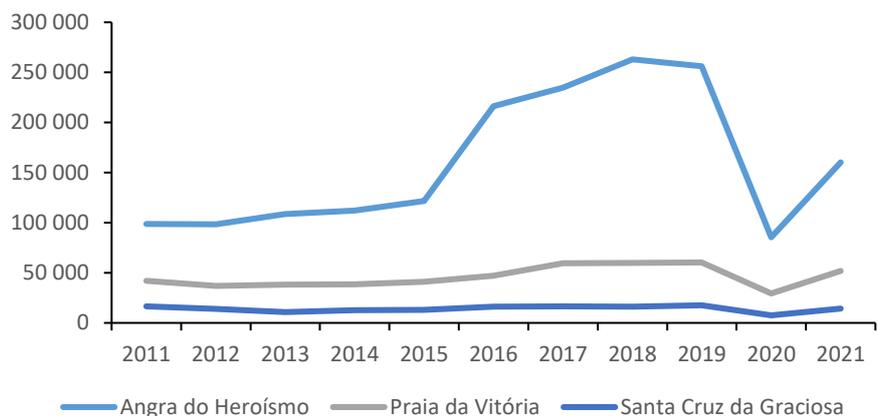
No setor terciário, destaca-se a importância do valor gerado pelo turismo. O território de intervenção apresenta uma estrutura de recursos turisticamente relevantes, em qualidade, diversidade e especificidade, incluindo recursos naturais, culturais e também as qualidades ambientais e climáticas, tendo a atividade turística uma importância crescente nas atividades económicas do território. De acordo com os dados disponibilizados pelo SREA, a procura turística apresenta uma tendência crescente, observada no número de hóspedes, mas também ao nível das dormidas, sendo este crescimento mais expressivo no município de Angra do Heroísmo, a partir de 2015. Este crescimento pode estar relacionado com a liberalização parcial do espaço aéreo dos Açores e a consequente escala de um maior número de companhias áreas na ilha Terceira. O ano de 2020 é marcado por um forte decréscimo do número de hóspedes em resultado da crise pandémica sentida a nível mundial. Em 2021, verifica-se uma retoma da atividade turística nos territórios analisados.

Gráfico 5 - Hóspedes (n.º) nos municípios intervencionados



Fonte: SREA (2022)

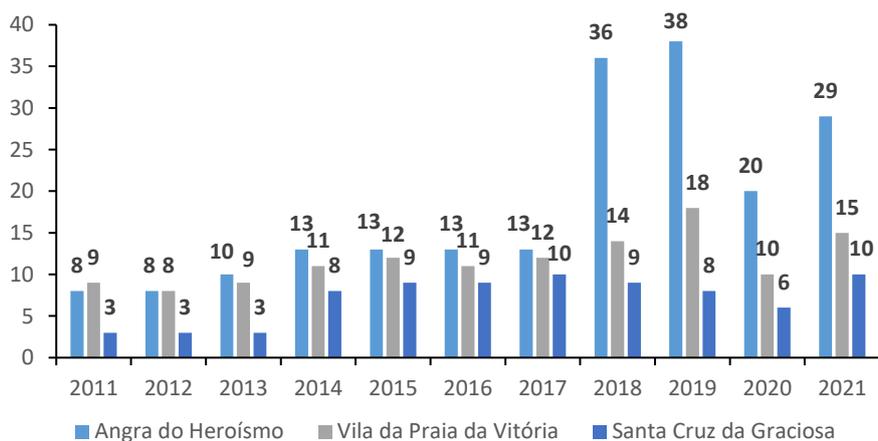
Gráfico 6 - Camas (n.º) nos municípios intervencionados



Fonte: SREA (2022)

Relativamente à oferta turística, verifica-se, nos 3 municípios, um aumento notável quanto ao número de estabelecimentos de alojamento turístico e da capacidade dos mesmos, medida pelo número de camas desses mesmos alojamentos.

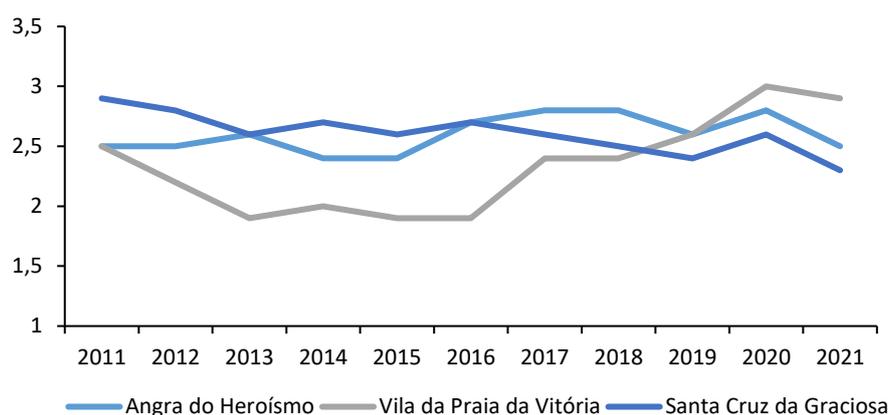
Gráfico 7 – Alojamentos turísticos (n.º) nos municípios intervencionados



Fonte: SREA (2022)

No que respeita à estada média nos municípios analisados, não obstante o crescimento no número de hóspedes e dormidas, o mesmo não se refletiu numa melhoria da estada média, que se manteve quase inalterada em 2019 face a 2011 nos municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória. Por sua vez, em Santa Cruz da Graciosa verifica-se um decréscimo notório da estada média neste município.

Gráfico 8 - Estada média (dias) nos municípios intervencionados



Fonte: SREA (2022)

3.2.3. Mercado Laboral

A evolução do mercado de trabalho está intimamente ligada às tendências verificadas na atividade económica.

Entre 2011 e 2021 registou-se uma diminuição generalizada da população empregada nos setores primário e secundário, contrastando com a subida verificada no setor terciário.

Tabela 15 - População empregada (n.º) nos concelhos intervencionados por setor de atividade

	2011			2021		
	Ilha Terceira		Ilha Graciosa	Ilha Terceira		Ilha Graciosa
	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória	Santa Cruz da Graciosa	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória	Santa Cruz da Graciosa
Setor Primário	1 234	652	241	1 069	515	224
Setor Secundário	2 945	1 923	386	2 184	1 480	337
Setor Terciário	11 132	6 418	1 111	12 177	6 556	1 282
Total	15 311	8 993	1 738	15 430	8 551	1 843

Fonte: INE (2022)

Para o aumento da população empregada também contribuiu a diminuição da taxa de desemprego nos vários municípios, sendo possível constatar que nos vários municípios se regista uma taxa de desemprego inferior à média regional em 2021 (6,9%).

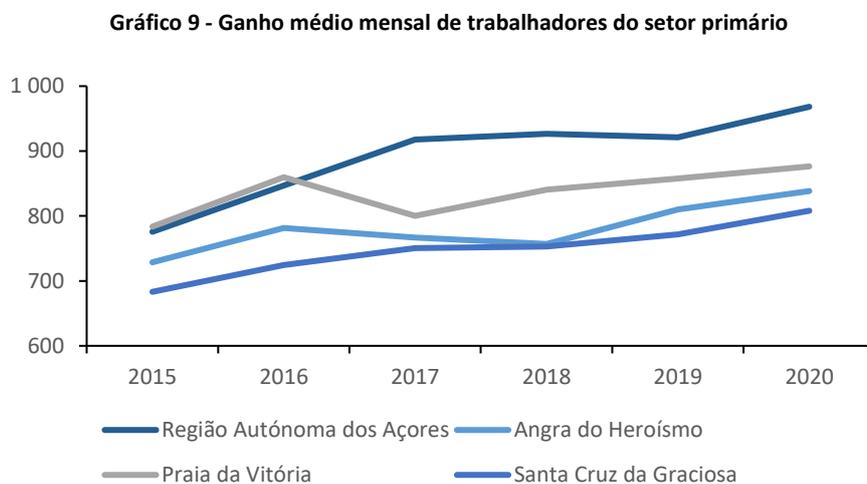
Tabela 16 - Taxa de desemprego nos concelhos intervencionados, à data dos Censos

		2011	2021
Região Autónoma dos Açores		11,1%	6,9%
Ilha Terceira	Angra do Heroísmo	9,3%	6,1%
	Praia da Vitória	10,2%	6,0%
Ilha Graciosa	Santa Cruz da Graciosa	9,6%	5,7%

Fonte: INE (2022)

Quanto ao ganho médio mensal dos trabalhadores, segundo dados do INE, verificou-se, entre 2015 e 2020, uma variação positiva, superior à média regional (14,7%) nos municípios alvo de intervenção, destacando-se o município de Santa Cruz da Graciosa com um aumento médio de 27,5%. No setor

primário constata-se que, em 2020, o valor regional, em média, era de 968,24€. Nos municípios analisados, é na Praia da Vitória que se observa o valor médio mais elevado, no período em análise. Os salários deste setor nos municípios analisados encontram-se abaixo da média regional.



Fonte: INE (2022)

3.3. Inclusão social e qualidade de vida

A promoção da coesão social e territorial e a criação de boas condições de vida são elementos-chave para a fixação e atração de população, empresas e emprego. Neste contexto, observa-se que, no território de intervenção, existem diversas infraestruturas e equipamentos que proporcionam uma oferta diversificada aos seus cidadãos, tanto ao nível social, como a nível cultural ou desportivo.

Nos equipamentos e respostas sociais, tem-se registado uma evolução muito positiva com uma densificação da rede de entidades e dos equipamentos sociais existentes para os públicos-alvo abrangidos, nomeadamente crianças (creches e ocupação de tempos livres), jovens e adultos (atividades desportivas, eventos culturais e workshops, para uma diversidade de gostos pessoais), idosos (lares e apoio domiciliário) e pessoas com deficiência (lares e centros de atividades ocupacionais e intervencionais).

No que respeita aos equipamentos de proximidade e ao nível da saúde, o território de intervenção conta com 2 hospitais, sendo um público e um privado, o Hospital Santo Espírito da Ilha Terceira, e o Hospital Privado da Ilha Terceira. De referir, ainda, a existência de 2 centros de saúde na Ilha Terceira: o centro de saúde de Angra do Heroísmo e o centro de saúde da Praia da Vitória. Na ilha Graciosa há apenas o centro de saúde de Santa Cruz da Graciosa. Na ilha Terceira há a presença de diversas clínicas, lares e centros de intervenção, a nível da saúde psicológica e de intervenção pedagógica, como é o caso, por exemplo, do CIPP, Centro de Intervenção Psicológica e Pedagógica.

Nos equipamentos desportivos constatou-se um conjunto diversificado de complexos e instalações desportivas um pouco por todo o território, os quais incluem grandes e pequenos campos, pavilhões, piscinas cobertas e descobertas, pistas de atletismo, entre outras, contemplando um público alargado com a possibilidade de escolha de diversas modalidades, entre as quais, futebol, futsal, voleibol, basquetebol, andebol, hóquei em patins e atletismo. De entre as várias associações desportivas e clubes com sede nas ilhas Terceira e Graciosa, destaca-se a equipa de voleibol Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, que atualmente disputa a primeira divisão nacional da Federação Portuguesa de Voleibol, bem como a Confederação Europeia de Voleibol. A nível de instalações desportivas destaca-se o complexo desportivo Vitorino Nemésio, situado no município da Praia da Vitória.

No que concerne aos equipamentos culturais, o território abrangido pelo GAL conta com diversos equipamentos, com uma maior concentração na Ilha Terceira, que conta com um museu de nível regional, casas etnográficas, auditórios, instituições, agremiações culturais e grupos de teatro. Estes locais acolhem exposições temporárias ou permanentes que contribuem para a promoção cultural da ilha, e acolhem inúmeros grupos das diversas associações culturais e recreativas como grupos de teatro, folclore, grupos corais, escolas de música e filarmónicas, como a Sociedade Filarmónica Instrução e Recreio dos Artistas e a Orquestra de Sopros da Ilha Terceira.

Na cidade da Praia da Vitória, destaca-se a Casa Vitorino Nemésio, poeta e escritor de eleição.

Na Graciosa, o Museu é constituído por seis núcleos expositivos e apresenta um importante repositório da etnografia local, que destaca as atividades tradicionais como a baleação, a agricultura, a vinha, a produção cerealífera e ofícios antigos. Esta ilha tem uma Academia Musical com algum relevo e que anima a maioria das manifestações festivas.

3.4. Património natural e edificado

A zona de intervenção do GAL Pescas GRATER MAR constitui um aglomerado com uma vasta diversidade geográfica, abrangendo uma enorme diversidade de riquezas naturais.

No centro da ilha Terceira podemos observar, no interior da Caldeira de Guilherme Moniz, o Algar do Carvão, que presenteia quem o visita com a presença de estalactites e estalagmites de sílica amorfa. Adicionalmente, é possível admirar, na conhecida ilha lilás, o túnel lávico Gruta do Natal, localizado na freguesia dos Altares, as Furnas do Enxofre à superfície, o Monte Brasil (parte do maior e mais bem preservado vulcão dos Açores, com origem no mar), entre outras belezas naturais.

Na ilha Graciosa, o elemento paisagístico mais emblemático é a Caldeira da Graciosa, com uma imponente cavidade vulcânica bem conservada. O Maciço da Caldeira ocupa o terço sueste da ilha. É no centro desta caldeira que se situa a Furna do Enxofre, uma cavidade vulcânica de grandes dimensões que contém no seu interior uma lagoa e um pequeno campo fumarólico. Na costa sueste e a sul do maciço encontra-se algumas nascentes termais, entre as quais, a do Carapacho, o que tornou possível as Termas com o mesmo nome.

A Furna do Enxofre é acessível por uma das duas aberturas no seu teto, através de uma torre construída no seu interior.

O complexo da Serra Branca e Serra Dormida, constituem, identicamente, elementos de relevo da ilha pelas suas características geomorfológicas, onde se encontra uma rocha vulcânica, o traquito, comum na ilha, com uma coloração esbranquiçada, a qual motivou a associação da cor branca à ilha Graciosa.

Ao longo do território abrangido pelo GAL proposto existem também grutas totalmente ou parcialmente submersas, destacando-se, na ilha Graciosa, a gruta do ilhéu do Carapacho e, na ilha Terceira, a gruta do ilhéu das Cabras, a gruta das Cinco Ribeiras, a gruta das Anchovas e a gruta dos Cavacos – Monte Brasil.

Ao longo da orla costeira destas ilhas atlânticas observam-se vistas deslumbrantes e paisagens naturais ricas numa biodiversidade única, que originou a classificação de áreas marinhas protegidas, totalizando uma área superior a 1.500 ha nas duas ilhas. Na ilha Terceira, destaca-se os areais da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo, as diversas piscinas naturais espalhadas pela ilha (Piscinas Naturais dos Biscoitos, Piscinas Naturais da Silveira, Piscina Natural de Porto Martins, Piscina Natural das Quatro Ribeiras, Piscina Natural das Cinco Ribeiras, Piscinas Naturais de São Sebastião), as baías (Baía da Praia, Baía do Refugio, Baía da Salga) e as demais zonas balneares.

A costa da Ilha Graciosa prima pela sua diversidade, contando com zonas de escarpas altas, outras pouco elevadas e zonas de areal, como a Praia de São Mateus. É de salientar que, devido às suas condições ambientais, a Graciosa foi escolhida por algumas aves marítimas para habitat, como é o caso da alma-

negra (*Bulweria Bulwerii*) e o painho monteiro, ave endémica dos Açores, que recebeu o prémio ave do ano 2021.

Tabela 17 - Áreas Marinhas Protegidas

		Área (ha)
Terceira	Área Marinha Protegida de Gestão de Recursos das Quatro Ribeiras	357,3
	Área Marinha Protegida de Gestão de Recursos da Costa das Contendas	180,67
	Área Marinha Protegida de Gestão de Recursos dos Ilhéus das Cabras	111,76
	Área Marinha Protegida de Gestão de Recursos das Cinco Ribeiras	3,03
	Área Marinha Protegida de Gestão de Recursos da Baixa da Vila Nova	42,01
	Área Marinha Protegida de Gestão de Recursos do Monte Brasil	48,33
Graciosa	Reserva Natural do Ilhéu de Baixo	139,06
	Reserva Natural do Ilhéu da Praia	218,55
	Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Sudeste	135,86
	Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Noroeste	283,07
Total		1 519,64

Fonte: Direção Regional de Políticas Marítimas – Governo dos Açores (2022)

De forma a potenciar o aproveitamento e usufruto destes recursos, existem diversos trilhos devidamente identificados relativamente à distância e grau de dificuldade. Associados à orla costeira, na ilha Terceira há o Trilho dos Fortes de São Sebastião, o Trilho do Monte Brasil, o Trilho das Baías da Aqualva e o Trilho da Malha Grande. Na Graciosa destaca-se o Trilho da Baía da Folga e o Trilho das Vinhas ao Mar.

A Ilha Terceira conta, ainda, com três rotas definidas, o Roteiro Angra a Pé, que percorre todos os monumentos históricos da cidade de Angra do Heroísmo; o Roteiro Praia a Pé, que se desenvolve por um percurso por todos os monumentos históricos da cidade de Praia da Vitória; e a Rota Geo-espeleológica, que prossegue todos os monumentos naturais de origem vulcânica.

No seu conjunto, os vários elementos geológicos naturais destes territórios contribuíram para um elevado valor ambiental, merecedor de preservação da biodiversidade e de manutenção dos ecossistemas, existindo algumas áreas inseridos na Rede Natura 2000. É de realçar que, em 2007, foi criada formalmente a Reserva da Biosfera da Graciosa, como parte integrante da Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO.

No município da Praia da Vitória as zonas húmidas, designadas de pauis destacam-se como elementos de elevado valor natural e económico. Neste município estão presentes três zonas, o Paul da Praia da Vitória, o do Belo Jardim e o da Pedreira, esta última com origem artificial devido à exploração excessiva de uma pedreira, o que levou a que os terrenos nesta zona atingissem o nível do mar. Estes locais são também ricos em vida animal destacando-se um local de paragem e nidificação de muitas aves, nomeadamente aves migratórias do norte da América.

Ao nível do património edificado no conjunto da ilha Terceira são vários os elementos edificados que enriquecem este território. O conjunto de Fortes presente ao longo da orla costeira destaca-se como um elemento distintivo da ilha, em tempos estruturas de elevada importância para a defesa do território. Entre eles tem-se o Forte de São Sebastião, o Forte de Santa Catarina; o Forte do Negro; o Forte das Cinco Ribeiras; o Forte de São Pedro; o Forte de São Mateus; o Forte de Santo António; e a Fortaleza de São João Batista.

No município de Angra do Heroísmo, o seu centro histórico repleto de um rendilhado de ruas, ruelas, igrejas, palácios, casas senhoriais, monumentos, praças e jardins, conduziram à classificação desta zona do município como património Mundial da Humanidade pela UNESCO.

4. ANÁLISE SWOT

Em complemento a toda a informação apresentada e como forma de sistematização da mesma, estruturou-se uma Análise SWOT do território abrangido pelos municípios de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa.

Com base neste estudo obteve-se informações dos municípios (geográfica, económica e social), que se consubstanciaram em dados estatísticos, e ainda uma reflexão que se desenvolveu nos focus groups e que foi implementada nos municípios intervencionados.

Com o intuito de estruturar uma análise aprofundada em convergência com as políticas nacional e comunitária, consideraram-se a Prioridade 3 do FEAMPA (permitir o desenvolvimento de uma economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores e fomentar o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias e de aquacultura), e a Análise SWOT subjacente ao Programa Mar 2030, no desenvolvimento da Matriz SWOT.

Seguidamente à matriz SWOT apresentou-se uma justificação sumária dos principais tópicos abordados na matriz, tendo como fundamento as informações anteriormente enumeradas. A Análise SWOT que se apresenta culmina com a enumeração das principais necessidades dos territórios intervencionados.

4.1. Matriz SWOT

A Matriz SWOT exposta segue a estrutura tradicional dividindo-se em fatores internos (Forças e Fraquezas) e fatores externos (Oportunidades e Ameaças).

Forças
✓ Existência de áreas marinhas protegidas;
✓ População com nível de escolaridade igual ou superior ao ensino secundário, no município de Angra do Heroísmo, acima da realidade regional;
✓ Diversidade de portos destinados às pescas em ambas as ilhas;
✓ Valor comercial do pescado, em ambas as ilhas, superior à média regional, com especial destaque para a ilha Graciosa;
✓ Densificação da oferta turística disponível, na globalidade do território intervencionado;
✓ Diversidade na oferta de equipamentos nas áreas da cultura, do desporto e do lazer;
✓ Festividades tradicionais com potencial projeção nacional e internacional, como por exemplo: Carnaval, Sanjoaninas, Folk Azores, Festas da Praia, Festas do Senhor Santo Cristo da Graciosa, entre outras festividades;
✓ Zonas balneares e portuárias com condições marítimas propícias à prática de desportos náuticos;
✓ Zonas costeiras propícias à prática de trilhos pedestres;
✓ Interesse dos jovens em idade escolar pela prática de atividades náuticas;
✓ Práticas de pesca sustentáveis preservadoras dos recursos disponíveis;

- ✓ Existência de empresas associadas à transformação do pescado; e
- ✓ Diversidade de produtos artesanais elaborados a partir da reciclagem dos resíduos do pescado, nomeadamente, com o recurso a escamas, conchas e redes.

Fraquezas

- ✓ Tendência para o envelhecimento populacional, baixa natalidade e saldo migratório negativo;
- ✓ Diminuição do número de pescadores matriculados em ambas as ilhas, com maior destaque na ilha Graciosa;
- ✓ Diminuição do pescado capturado no território em análise;
- ✓ Baixa estada média turística nos municípios em análise;
- ✓ Baixos níveis salariais no setor primário nos municípios intervencionados em relação à média regional;
- ✓ Inacessibilidade a algumas zonas balneares;
- ✓ Desconhecimento de valores culturais e da importância do passado histórico costeiro das ilhas intervencionadas, por parte dos jovens;
- ✓ Património baleiro e património histórico edificado em degradação em determinadas localidades do território intervencionado;
- ✓ Fraca capacidade industrial associada à transformação dos produtos oriundos do mar, com maior debilidade na ilha Graciosa;
- ✓ Fraca literacia da população em relação ao uso das novas tecnologias.;
- ✓ Limitações de recursos humanos com as qualificações/competências necessárias para o exercício de determinadas funções;
- ✓ Pouca diversificação de atividades associadas à economia do mar;
- ✓ Insuficiente projeção e organização dos serviços de animação turística;
- ✓ Dificuldades de financiamento para a renovação de meios operacionais e beneficiação das infraestruturas ligadas à atividade pesqueira; e
- ✓ Baixa densidade empresarial e fragilidade dos circuitos comerciais e de divulgação.

Oportunidades

- ✓ Posicionamento geográfico estratégico do território;
- ✓ Agência Europeia de Segurança Marítima localizada em Portugal;
- ✓ Extensa zona costeira com diversidade e exclusividade dos recursos naturais, e com potencial aproveitamento económico e mais-valia ambiental;
- ✓ Promoção do ordenamento das zonas costeiras, contribuindo para a melhoria da qualidade

de vida e da dinâmica económica local;

- ✓ Forte preservação dos recursos marítimos e naturais;
- ✓ Território geográfico de eleição para a nidificação de aves autóctones dos Açores;
- ✓ Instituto Okeanos e restantes centros de investigação da Universidade dos Açores, como possíveis parceiros de I&D das instituições e empresas no estudo das espécies marinhas;
- ✓ Estruturas públicas, privadas e fundacionais, com capacidade de realização e articulação internacional de programas de observação e preservação do meio marinho;
- ✓ Inovação e diversificação na transformação e conservação de peixes, mariscos e algas;
- ✓ Qualidade e diversidade do pescado da RAA;
- ✓ Potencial ligação enogastronómica, dos peixes e mariscos com os vinhos dos Açores;
- ✓ Potencial associação de produtos regionais à Marca Açores, com reconhecido impacto promocional dos produtos açorianos;
- ✓ Diversificação de rendimentos provenientes da realização de atividades em ambiente marítimo, tais como atividades náuticas diferenciadas;
- ✓ Crescente importância de instrumentos ligados à sustentabilidade, aos circuitos curtos, à economia circular e à economia azul; e
- ✓ Crescente procura por atividades náuticas, marítimo turísticas e turismo da natureza, em particular por segmentos turísticos mais valorizados.

Ameaças

- ✓ Ultraperiferia, exiguidade e fragmentação do mercado;
- ✓ Maiores custos associados à mobilidade de pessoas e de produtos, em resultado da insularidade;
- ✓ Debilidades nas acessibilidades aéreas e marítimas nas ilhas Terceira e Graciosa;
- ✓ Dotação insuficiente de meios e recursos tecnológicos indispensáveis aos serviços públicos de investigação e regulação da atividade marítima e marinha;
- ✓ Erosão natural da orla marítima;
- ✓ Ocorrência de eventos inesperados e de elevado impacto económico e social como, por exemplo, crises sísmicas, pandemias, entre outros;
- ✓ Contexto económico-financeiro desfavorável para investimento produtivo e manutenção e criação de emprego;
- ✓ Impacto das alterações climáticas, e poluição das águas no estado dos recursos marítimos e na deterioração dos ecossistemas;
- ✓ Custos condicionantes associados ao desenvolvimento de diferentes atividades ligadas ao mar (licenciamento de atividade, legislação referente às lotas e a novas atividades,

ordenamento do território, etc.);

- ✓ Vulnerabilidade do estado do mar, que impede por vezes o exercício da pesca;
- ✓ Limitações à captura de pescado associadas à sustentabilidade das várias espécies presentes na Região Autónoma dos Açores;
- ✓ Descaracterização dos núcleos piscatórios costeiros e ribeirinhos tradicionais, com deterioração de valores culturais diferenciadores;
- ✓ Intangibilidade do património cultural arqueológico e imaterial; e
- ✓ Dificuldades no licenciamento de novas atividades de economia azul.

Justificação

A caracterização e diagnóstico do território previamente estudado viabilizou a concretização da matriz SWOT. Assim como, a realização de três focus groups, nomeadamente nos municípios de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa, onde foi possível a recolha e reflexão de proximidade junto dos públicos locais.

Segundo a Direção Regional das Pescas em 2022, no conjunto das ilhas Terceira e Graciosa, cerca de 1.500 hectares de áreas marinhas encontravam-se protegidas. Esta delimitação contribuiu para a preservação destas zonas.

Em termos populacionais, verificou-se que o envelhecimento populacional é uma tendência generalizada nos municípios intervencionados. Segundo dados dos Censos de 2021, a população com 65 e mais anos representava em 2021 16,54% da população total regional, contrastando com os 13,12 registados em 2011.

Nos municípios intervencionados, e de acordo com os dados referidos, esta realidade em 2021 ainda era mais gravosa, verificando-se cerca de 19,67% da população com 65 e mais anos, no município de Santa Cruz da Graciosa, 19,28 no município de Angra do Heroísmo e 18,35% no município da Praia da Vitória.

Entre 2011 e 2021 assistiu-se a uma melhoria do nível de escolaridade da população das ilhas Terceira e Graciosa. Em 2021, de acordo com o INE, a população com pelo menos o ensino secundário era de 33,41% em Angra do Heroísmo, superior aos 31,32% verificados a nível regional.

Nos municípios estudados encontram-se vários portos destinados às pescas que facilitam a prática de atividades relacionadas com o mar. De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, e a Portos dos Açores, SA., registam-se na ilha Terceira cinco portos cuja única função são as pescas. De igual modo a ilha Graciosa possui também três portos com esta funcionalidade.

Entre 2011 e 2021 assistiu-se a uma diminuição da atividade pesqueira em ambas as ilhas. No que respeita à variação dos pescadores matriculados, segunda a Direção Regional das Pescas, verificou-se uma diminuição de cerca de 30% na ilha Terceira e cerca de 65% na ilha Graciosa. A diminuição do número de pescadores nestes territórios repercutiu-se na diminuição do pescado capturado, ainda que numa menor proporção, o pescado capturado diminuiu no período referenciado cerca de 11% na ilha Terceira e 6% na ilha Graciosa.

Relativamente ao valor do pescado segundo dados do INE, entre 2011 e 2021 o valor do mesmo, em ambas as ilhas assumiu valores superiores aos da média regional. O pescado descarregado em Santa Cruz da Graciosa alcançou em média um valor quatro vezes superior ao da média regional.

Consoante dados do SREA, entre 2011 e 2019, verificou-se no território abrangido pela EDL Costeira, um crescimento turístico visível pelo aumento de 375% de alojamentos turísticos no município de Angra do Heroísmo, 66,67% no município da Praia da Vitória e 233,33% no município de Santa Cruz da Graciosa.

Não obstante a evolução positiva da atividade turística no território em análise, a estada média nestes municípios manteve-se baixa e abaixo da realidade regional no período analisado. No ano de 2021, nas ilhas Terceira e Graciosa o indicador mencionado cifrou-se em 2,7 e 2,3 dias, respetivamente, valores abaixo da média regional.

No que diz respeito aos níveis salariais, observou-se no setor primário, onde está integrada a atividade pesqueira, em conformidade com os dados do INE, que entre 2015 e 2020 o ganho médio mensal dos trabalhadores dos municípios em análise era inferior à média regional.

Ricas em atrações naturais únicas, no entendimento dos atores locais, ambas as ilhas possuem zonas costeiras propícias ao desenvolvimento atividades, tanto em terra como no mar, porém sem grande motivo de interesse por parte da população.

Não obstante a qualidade do território referenciado, são também descritas zonas costeiras com fracas acessibilidades em algumas zonas na ilha Graciosa.

Conforme foi possível concluir junto do grupo de reflexão reunido no município de Santa Cruz da Graciosa, a preservação e as condições proporcionadas pelos recursos marinhos possibilitaram que se captasse a atenção do público mais jovem para a prática de atividades náuticas. No entanto, constatou-se a inexistência de infraestruturas que despoletassem a criação de dinâmicas abrangendo uma maior fração da comunidade.

No que se refere à população juvenil, também se registou por parte dos atores locais uma preocupação referente à falta de sensibilização desta faixa etária, em relação à importância dos recursos oferecidos pelo mar, bem como a forma como estes podem ser explorados e preservados.

A falta de meios e condições para manter elementos históricos do património edificado e baleiro foram umas das razões apontadas nos focus groups para justificar a degradação material e cultural dos mesmos. Segundo os atores locais presentes nos grupos de reflexão, as atividades desenvolvidas no mar destacam-se mais ao nível da pesca, que se assume maioritariamente com técnicas tradicionais e sustentáveis.

Em concordância com o debatido nos grupos de reflexão, as atividades de transformação de pescado não se desenvolveram muito nos municípios analisados, embora residam algumas entidades dedicadas a esta prática na ilha Terceira.

Além da normal venda do pescado, também foi mencionado pelos públicos, a diversidade de produtos de artesanato que são concebidos com recurso à reciclagem de resíduos do pescado, tais como as escamas. Todavia, lamentem o não aproveitamento de uma panóplia de produtos provenientes de espécies que em bruto têm um menor valor comercial.

As limitações da população são também lacunas apontadas pelos atores locais, como dificultadoras do progressivo desenvolvimento da atividade pesqueira, designadamente, a falta de conhecimentos e utilização das novas tecnologias, e a dificuldade em encontrar recursos humanos qualificados para o exercício de determinadas funções.

Como resultado dos focus groups, ainda foi possível conferir junto dos públicos locais que existe pouca diversificação de atividades relacionadas com o mar, em particular as que envolvem a atividade turística, tais como o Turismo de aventura e o turismo de natureza. No que respeita à ilha Graciosa, a preservação do território permite que esta ilha seja um local escolhido para o habitat de várias espécies marinhas. Porém segundo os atores locais estes recursos não são devidamente valorizados, nem são criadas condições propícias para a sua exploração.

Em relação ao desenvolvimento de novas atividades associadas à atividade pesqueira presenciou-se na população, um sentimento de desagrado pelas dificuldades inerentes ao desenvolvimento de novas atividades. A título de exemplo, os meios de financiamento para a beneficiação das infraestruturas.

Concluindo, para os atores locais presentes nos grupos de reflexão, os circuitos comerciais dos produtos marítimos estão caracterizados por uma fragilidade inerente ao facto do pescado ser comercializado maioritariamente fresco, de modo perecível, e dependente de meios aéreos, nem sempre operacionais por diversas condicionantes.

4.2. Identificação das necessidades

A partir da matriz SWOT apresentada é possível delinear quais os principais desafios estratégicos que condicionam o desenvolvimento sustentável do território abrangido pelo Grupo de Ação Local.

Nas atividades do setor primário, as principais carências identificadas prendem-se com a necessária transição digital e maior aperfeiçoamento do setor piscatório. Para que tal seja possível, importa disponibilizar ao público interessado ações de formação, no sentido de dotar as pessoas com as competências necessárias para que possam tirar o melhor partido das novas tecnologias aplicadas aos seus respetivos trabalhos. Neste sentido devem ainda ser promovidos investimentos que possibilitem a inovação e reconversão das embarcações piscatórias para equipamentos mais eficientes e que promovam a sustentabilidade.

No setor secundário denota-se uma diminuta presença de empresas ligadas a esse ramo, repercutindo-se na insignificante transformação dos produtos comercializados, com especial destaque para o pescado. Note-se que à exceção de algumas iniciativas na ilha Terceira, não se verificam na ilha Graciosa indústrias associadas ao pescado que possam contribuir para acrescentar valor aos produtos capturados no mar.

É no setor terciário que se verifica a maior concentração da atividade económica dos territórios abrangidos pelo GAL. É importante que sejam desenvolvidas iniciativas que fomentem a economia circular, criando sinergias entre as atividades desenvolvidas no mar e as atividades em terra. Neste sentido identifica-se como principal necessidade deste setor, a promoção de iniciativas empresariais relacionadas com a consolidação e criação de atividades económicas integrantes da cadeia de valor do pescado.

Em suma, destacam-se as necessidades imediatas para o território abrangido pelo Grupo de Ação Local:

- ❑ Transição digital das atividades relacionadas com a economia marinha;
- ❑ Capacitação da população que desempenha ofícios ligados ao mar;
- ❑ Formação e sensibilização dos públicos jovens para importância da sustentabilidade dos recursos naturais e do património histórico e cultural;
- ❑ Diversificação das atividades em ambiente marítimo, com compatibilização da pesca com atividades complementares (marítimo-turísticas, turismo de natureza e aventura);
- ❑ Reforço da competitividade da pesca no apoio à criação, recuperação e modernização de equipamentos e infraestruturas existentes, especialmente as relacionadas com a pesca e aquacultura;
- ❑ Valorização do património cultural, material e imaterial das zonas costeiras;
- ❑ Maior integração das atividades da pesca em iniciativas de carácter local e/ou regional;
- ❑ Capacitação das estruturas organizativas do setor, com incidência na melhoria da qualidade dos produtos, na comercialização e nos processos de reconversão em cooperação técnica com as unidades regionais de I&D; e

- Melhoria da promoção e divulgação digital das potencialidades turísticas dos territórios abrangidos pelo GAL.

O Grupo de Ação Local Pesca GRATER MAR pretende agir com o intuito de promover o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia do território onde irá atuar, melhorando as condições de vida das pessoas que lá vivem. Para tal é necessária uma intervenção que permita minimizar os efeitos negativos das ameaças e aproveitar o impulso económico proporcionado pelas oportunidades, satisfazendo as necessidades identificadas.

5. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A preparação da Estratégia de Desenvolvimento Local Costeira da GRATER obedece a um conjunto de etapas.

A partir da caracterização do território e dos resultados dos *focus groups*, foram identificados os pontos fortes e fracos, as oportunidades e as ameaças (Matriz SWOT), assim como as necessidades mais imediatas do território, aos quais a GRATER pretende dar resposta através da sua **Estratégia de Desenvolvimento Local Costeira** (EDLC).

A presente estratégia conta com uma abordagem assente numa atuação de proximidade. Passa pela criação de sinergias entre os diferentes setores de atividade e os principais atores locais, contribuindo para criar um efeito multiplicador no desenvolvimento local e gerar mudanças duradouras no tecido socioeconómico.

Assim sendo, tendo em consideração o enquadramento formulado para a EDLC, projeta-se a seguinte visão a médio prazo:

Visão para os territórios abrangidos pelo GAL

Posicionar os territórios abrangidos pelo Grupo de Ação Local gradualmente, na Região Autónoma dos Açores, como uma zona costeira de valor acrescentado, assente na economia do conhecimento, digital e sustentável, que permita a diversificação das atividades económicas e o desenvolvimento socioeconómico da comunidade.

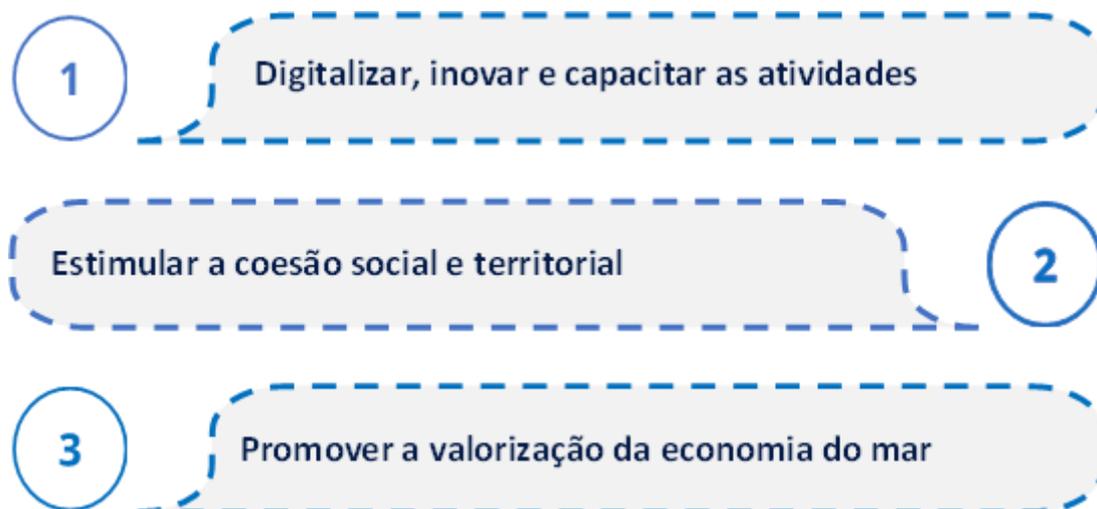
Com o intuito de nortear a implementação da estratégia e alcançar a visão pretendida, são estabelecidos os objetivos estratégicos. A definição destes vetores permite uma melhor dinamização e mobilização das entidades parceiras e dos atores locais para iniciativas e projetos que contemplem estes objetivos.

5.1. Objetivos estratégicos

A fim de se estimular as atividades marítimas desenvolvidas nos municípios das ilhas Terceira e Graciosa, é crucial apostar na digitalização das mesmas. O desenvolvimento mais acelerado deste processo vai contribuir para a melhoria da eficiência dos processos produtivos, e para uma melhor divulgação das atividades desenvolvidas, e da oferta de experiências com maior valor acrescentado.

O estímulo à coesão social e territorial revela ser uma das principais prioridades a ter em conta para fomentar o crescimento económico destes territórios, possibilitando às populações os meios necessários para tirar o melhor proveito das oportunidades disponíveis, melhorando o nível de vida das mesmas. De entre as atividades ligadas à economia do mar, a atividade pesqueira ocupa um lugar primordial, na medida da representatividade do valor criado e da abrangência da mesma. Neste sentido, tendo em

consideração as ramificações da cadeia de valor do pescado, a sua valorização transversal irá possibilitar o desenvolvimento económico e social local.



A partir de cada objetivo estratégico perspetivado são delimitadas as prioridades específicas que irão colmatar as necessidades identificadas anteriormente.

OE 1 - Digitalizar, capacitar e inovar as atividades costeiras

Prioridades Específicas	Necessidades a colmatar
Promover a literacia digital junto da população empregada em atividades relacionadas com o mar	Transição digital das atividades associadas à economia marinha
Fomentar o uso dos recursos digitais no setor das pescas, como meio de aumentar a eficiência produtiva e a sustentabilidade dos recursos	Falta de conhecimento da população em relação ao uso das novas tecnologias
Fortalecer a conectividade digital entre os vários atores locais	Maior promoção e divulgação das atividades costeiras desenvolvidas com interesse turístico
Promover a preservação, conservação e recuperação da identidade cultural específica do território associada ao espaço marítimo	Maior promoção e divulgação das atividades costeiras desenvolvidas com interesse turístico

OE 2 - Estimular a coesão social e territorial

Prioridades Específicas	Necessidades a colmatar
Promover relações colaborativas e a criação de sinergias entre entidades com diferentes áreas de atuação ligadas ao mar	Formação profissional da população, com vista ao melhoramento das qualificações e atualização de conhecimentos
Propiciar a capacitação profissional e juvenil relacionada com o mar	Formação e sensibilização do público jovem para a importância da sustentabilidade dos recursos naturais e do património histórico e cultural;
Incentivar trabalhos de investigação que envolvam o mar e a sustentabilidade dos seus ecossistemas	Diversificação das atividades em ambiente marítimo

Viabilizar a criação de atividades costeiras diferenciadoras e complementares	Capacitação das estruturas organizativas do setor, com incidência na melhoria da qualidade dos produtos, na comercialização e nos processos de reconversão em cooperação técnica com as Unidades regionais de I&D
Improvisar as acessibilidades costeiras	Valorização do património cultural, material e imaterial das zonas costeiras.
Promover a valorização do património histórico e cultural respeitante à orla marítima	Atratividade do território

OE 3 - Promover a valorização da economia do mar

Prioridades Específicas	Necessidades a colmatar
Potenciar a competitividade na atividade pesqueira	Estímulo à compatibilização da pesca com atividades complementares (marítimo-turísticas, turismo de natureza e aventura)
Promover a valorização e requalificação de infraestruturas e equipamentos ligados à pesca	Reforço da competitividade da pesca e aquacultura no apoio à recuperação e modernização de equipamentos e infraestruturas
Incentivar a melhoria das técnicas e formas de transformação e comercialização do pescado	Integração das atividades da pesca em iniciativas de carácter local e/ou regional
Diversificar a economia local e/ou desenvolvimento de novos sectores da economia azul, capitalizando os vários usos costeiros possíveis	Estímulo à criação e desenvolvimento de empresas e de emprego e promoção da empregabilidade
Empreendedorismo e criação e desenvolvimento das micro e pequenas empresas que prossigam atividades económicas complementares ao rendimento do pescador e sua família	Estímulo à criação e desenvolvimento de empresas e de emprego e promoção da empregabilidade
Empreendedorismo e criação e desenvolvimento das micro e pequenas empresas na área do turismo náutico	Atratividade do território

6. PRINCIPAIS INTERVENÇÕES DO FEAMPA

As principais intervenções do FEAMPA adotadas após análise de diagnóstico de território e SWOT vão de encontro ao Regulamento de Execução (UE) 2022/79 da Comissão de 19 de janeiro de 2022 que estabelece normas de execução do Regulamento (UE) 2021/1139 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita ao registo, transmissão e apresentação dos dados de execução a nível operacional. Este capítulo pretende não só identificá-las como também articulá-las com os objetivos estratégicos da EDL e alguns objetivos específicos. Exemplifica-se também o tipo de operações e os resultados a alcançar.

09 – Atividades de comercialização

Objetivo estratégico da EDL:

Promover a valorização da economia do mar.

Objetivos específicos:

Diversificar a base económica das zonas costeiras, valorizando as atividades relacionadas com a pesca e o desenvolvimento de atividades complementares e melhorar as condições de suporte ao desenvolvimento económico, incluindo a promoção, divulgação e comercialização de produtos.

Exemplos de Operações:

Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias curtas de comercialização com impacto positivo na pegada carbónica;
Aumento da produção de energia renovável para autoconsumo no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das unidades de comércio;
Transição digital nas vendas e rastreabilidade do produto;
Diversificar a economia local e/ou desenvolvimento de novos sectores da economia azul, capitalizando os vários usos costeiros possíveis;
Criação ou requalificação de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca, aquicultura e atividades náuticas;
Criação de novas metodologias de distribuição e de comercialização dos produtos, incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação.

Destinatários:

Qualquer entidade, singular ou coletiva, do setor cooperativo, social, privado, com ou sem fins lucrativos.

Resultados a alcançar:

Estímulo à criação e desenvolvimento de empresas e de emprego e promoção da empregabilidade.

12 – Outras operações de diversificação de empresas que não envolvam pescas, aquicultura ou inovação

Objetivo estratégico da EDL:

Promover a valorização da economia do mar.

Objetivos específicos:

Diversificar a base económica das zonas costeiras e consolidar o potencial turístico da região, nomeadamente através da exploração das sinergias entre a atividade turística e os recursos naturais, históricos e culturais e a economia produtiva tradicional do território.

Exemplos de Operações:

Atividades de economia circular;

Empreendedorismo e criação e desenvolvimento das micro e pequenas empresas que prossigam atividades económicas complementares ao rendimento do pescador e sua família;

Empreendedorismo e criação e desenvolvimento das micro e pequenas empresas na área do turismo náutico;

Aumento da produção de energia renovável para autoconsumo no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das unidades empresariais;

Transição digital;

Diversificar a economia local e/ou desenvolvimento de novos sectores da economia azul, capitalizando os vários usos costeiros possíveis;

Criação ou requalificação de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca, aquicultura e atividades náuticas.

Destinatários:

Qualquer entidade, singular ou coletiva, do setor cooperativo, social, privado, com fins lucrativos.

Resultados a alcançar:

Estímulo à criação e desenvolvimento de empresas e de emprego e promoção da empregabilidade.

66 – Outra (económica)

Objetivo estratégico da EDL:

Promover a valorização da economia do mar.

Objetivos específicos:

Diversificar a base económica das zonas costeiras, valorizando as atividades relacionadas com a pescas e o desenvolvimento de atividades complementares e melhorar as condições de suporte ao desenvolvimento económico, incluindo a promoção, divulgação e comercialização de produtos.

Exemplos de Operações:

Promover a inovação através da ligação entre o sistema I&DT e as micro e pequenas unidades empresariais;

Atividades de economia circular;

Empreendedorismo e criação e desenvolvimento das micro e pequenas empresas que prossigam atividades económicas ligadas ao mar;

Aumento da produção de energia renovável para autoconsumo no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das unidades produtivas;

Transição digital;

Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia circular, digitalização) dos produtores do sector presentes no território;

Diversificar a economia local e/ou desenvolvimento de novos sectores da economia azul, capitalizando os vários usos costeiros possíveis;

Criação ou requalificação de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca, aquicultura e atividades náuticas;

Destinatários:

Qualquer entidade, singular ou coletiva, do setor cooperativo, social, privado, com ou sem fins lucrativos.

Resultados a alcançar:

Estímulo à criação e desenvolvimento de empresas e de emprego e promoção da empregabilidade.

57 – Desenvolvimento sociocultural

Objetivos estratégicos da EDL:

Digitalizar, inovar e capacitar as atividades costeiras e estimular a coesão social e territorial.

Objetivos específicos:

Pretende-se apoiar os elementos históricos, naturais e patrimoniais que contextualizam a nossa economia do mar;

Promover a preservação, conservação e recuperação da identidade cultural específica do território associada ao espaço marítimo.

Exemplos de Operações:

Atividade de economia circular

Aumento da produção de energia renovável para autoconsumo no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das infraestruturas;

Transição digital;

Realização de ações em património edificado, natural e simbólico, associado ao espaço marítimo, tendo em vista a fruição pela comunidade piscatória ou a sua mostra e fruição ao público em geral;

Criação ou requalificação de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca, aquicultura e atividades náuticas;

Recuperação, preservação e valorização do património arquitetónico tradicional das zonas costeiras;

Fomento da recuperação, preservação e transmissão do património cultural e etnográfico relacionado com o mar e a pesca, incluindo saberes e tradições locais.

Destinatários:

Qualquer entidade, singular ou coletiva, do setor público, cooperativo, social, privado, com ou sem fins lucrativos.

Resultados a alcançar:

Valorização económica dos recursos naturais e culturais do território;

Maior promoção e divulgação das atividades costeiras desenvolvidas com interesse turístico;

Melhoria da atratividade do território;

Preservação e divulgação de práticas e tradições culturais, ligadas ao mar;

Melhoria do ambiente marítimo e costeiro.

65 – Outra (ambiental)

Objetivos estratégicos da EDL:

Promover a valorização da economia do mar e estimular a coesão social e territorial.

Objetivos específicos:

Promover a preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais e ambientais associados ao espaço marítimo.

Exemplos de Operações:

Promover a preservação e conservação da biodiversidade dos recursos naturais existentes;

Atividades de economia circular;

Aumento da produção de energia renovável para autoconsumo no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das unidades organizacionais;

Promover a biodiversidade e melhorar os habitats para a melhoria do estado ambiental das águas marinhas, como sejam o restauro dos sistemas de vegetação costeira, como as terras banhadas pela maré, os mangais e as pradarias marinhas e capitalização de oportunidades económicas daí decorrentes;

Transição digital;

Capacitação e sensibilização sobre o impacto das atividades humanas no ambiente, poluição e lixo marinho, abordagens ecossistémicas e desafios associados às alterações climáticas;

Criação ou requalificação de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca, aquicultura e atividades náuticas;

Destinatários:

Qualquer entidade, singular ou coletiva, do setor público, cooperativo, social, privado, com ou sem fins lucrativos.

Resultados a alcançar:

Valorização económica dos recursos naturais e culturais do território;

Melhoria da atratividade do território;

Melhoria do ambiente marítimo e costeiro.

64 – Outra (social)

Objetivos estratégicos da EDL:

Digitalizar, inovar e capacitar as atividades costeiras e estimular a coesão social e territorial.

Objetivos específicos:

Reforçar as competências das comunidades piscatórias;

Promover a literacia digital junto da população empregada em atividades relacionadas com o mar;

Fomentar o uso dos recursos digitais no setor das pescas, como meio de aumentar a eficiência produtiva e a sustentabilidade dos recursos;

Capacitar os atores, incluídos jovens em idade escolar, que realizem atividades ligadas ao mar.

Exemplos de Operações:

Promover a inovação através da ligação entre o sistema I&DT e as micro e pequenas unidades empresariais;

Atividades de economia circular;

Valorização dos recursos endógenos, podendo incluir atividades complementares como o turismo náutico;

Criação ou requalificação de infraestruturas/equipamentos de utilização coletiva;

Aumento da produção de energia renovável para autoconsumo no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das entidades organizacionais;

Aumentar a atratividade dos territórios para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais;

Transição digital;

Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia circular, digitalização) dos produtores do sector presentes no território;

Capacitação e sensibilização sobre o impacto das atividades humanas no ambiente, poluição e lixo marinho, abordagens ecossistémicas e desafios associados às alterações climáticas;

Criação ou requalificação de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca, aquicultura e atividades náuticas;

Capacitação de atores, incluindo jovens em idade escolar, que realizem atividades ligadas ao meio aquático.

Destinatários:

Qualquer entidade, singular ou coletiva, do setor público, cooperativo, social, privado, com ou sem fins lucrativos.

Resultados a alcançar:

Melhoria da aprendizagem ao longo da vida dos profissionais da pesca, quer no contexto deste setor, quer na diversificação para outras atividades marítimas;

Melhoria das competências das comunidades piscatórias.;

Aumento da capacitação de jovens em idade escolar para as atividades ligadas ao mar.

Tabela 18 - TIPO DE OPERAÇÃO E DOTAÇÃO FEAMPA

Tipo de Operação		Dotação FEAMPA (€)
Código	Descrição	
9	Atividades de comercialização	120 000
12	Outras operações de diversificação de empresas que não envolvam pescas, aquicultura ou inovação	100 000
57	Desenvolvimento sociocultural	220 000
64	Outra (social)	60 000
65	Outra (ambiental)	200 000
66	Outra (económica)	100 000
(a) Total para Execução da EDL		800 000
59	Animação e reforço das capacidades	30 000
61	Gestão	170 000
(b) Total Funcionamento GAL (valor máximo de 25% do total da aplicação da EDL)		200 000
Total a+b		1 000 000

7. INDICADORES

Indicadores de Realização Comuns

Indicador	Unidade de Medida	Objetivo	Meta
		(2024)	(2029)
Operações	Nº	6	25

Indicadores de Resultado Comuns

ID	Indicador	Unidade de Medida	Meta	Origem dos dados	Comentários
			(2029)	[200]	[200]
CI 03	Empresas Criadas	Nº	5	2021	Histórico
CI 06	Postos de Trabalho Criados	Nº de pessoas	10	2021	Histórico
CI 07	Postos de trabalho mantidos	Nº de pessoas	20	2021	Histórico

8. LISTA DE OPERAÇÕES PLANEADAS DE IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA PARA A EDL – PROJETOS ÂNCORA

Designação	Beneficiário	Calendário	Montante Investimento (€)	FEAMPA (€)
Rota Náutica da Graciosa – Valorização da orla costeira	Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa	2024-2028	160.000,00	112.000,00
Valorização da Baía da Praia da Vitória	Câmara Municipal da Praia da Vitória	2024-2028	200.000,00	140.000,00
Rota do Mar – Estímulo à Recuperação e Preservação do Património Histórico e Cultural	Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	2024-2028	250.000,00	175.000,00

9. INSTRUMENTOS DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDL

As atividades a realizar pela Entidade Gestora incluem:

- Garantir de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da estratégia para a respetiva zona de intervenção;
- Reforçar a capacidade dos agentes locais para desenvolver e executar as operações;
- Promover ações de sensibilização e divulgação sobre temáticas relevantes para a prossecução dos seus objetivos;
- Prestar apoio técnico aos promotores das iniciativas;
- Elaborar um manual de procedimentos relativamente às funções que assegura enquanto organismo intermédio garantindo, nomeadamente, uma adequada segregação de funções, e atualizá-lo sempre que necessário, assegurando que o mesmo incorpora as orientações técnicas da autoridade de gestão;
- Criar critérios de seleção transparentes e não discriminatórios;
- Analisar e emitir parecer sobre os pedidos de apoio apresentados no âmbito da estratégia de acordo com os respetivos regulamentos de aplicação e as orientações técnicas definidas pela autoridade de gestão;
- Coordenar e assegurar a gestão, técnica, administrativa e financeira do orçamento do GAL Pescas GRATER Mar;
- Elaborar e aprovar relatórios de execução anual e transmiti-los à autoridade de gestão conforme calendário que venha a ser definido;
- Avaliar a execução da estratégia, acompanhando os progressos realizados na prossecução dos objetivos desta.

Apresenta-se de seguida de forma breve o circuito para as operações candidatas no âmbito da gestão da EDL.

As entidades que se candidatam aos apoios devem observar certos requisitos e os projetos candidatos devem satisfazer certas condições impostas por legislação comunitária, nacional e regional.

A apresentação dos projetos de apoio é efetuada na sequência da abertura de concurso, de acordo com o plano estabelecido, o qual é divulgado no sítio de internet da GRATER <http://www.grater.pt> e no portal do Mar2030 e Balcão dos Fundos.

A abertura de concurso é divulgada pela GRATER, com 5 (cinco) dias de antecedência relativamente à data da publicação do aviso, nos sítios da internet indicados em cima e ainda num órgão de comunicação social.

Os avisos de abertura indicam, obrigatoriamente, o seguinte:

- a) A dotação orçamental a atribuir;
- b) O prazo para apresentação dos pedidos de apoio;
- c) Os critérios de seleção e respetivos fatores, fórmulas e ponderação, bem como a pontuação mínima para seleção;
- d) Os contatos, onde podem ser obtidas informações adicionais;
- e) Os objetivos e as prioridades visadas;
- f) A área geográfica elegível;
- g) As regras e os limites à elegibilidade dos investimentos ou da despesa, designadamente através da identificação dos investimentos ou das despesas não elegíveis e o montante máximo de investimento.

Podem ainda indicar adicionalmente as operações a apoiar (tipologia de investimentos) ou qualquer outra informação recomendada pela Autoridade de Gestão ou imposta por legislação.

A apresentação é efetuada por via eletrónica, no sistema de informação a indicar pela AG.

Cada beneficiário apenas poderá apresentar um pedido de apoio em cada aviso de abertura de candidaturas (concurso).

Com a submissão eletrónica do formulário, o beneficiário não necessita de efetuar qualquer entrega em suporte de papel, tanto o formulário como os documentos que acompanham, só são entregues por via eletrónica.

O pedido de apoio depois de submetido eletronicamente é rececionado pelo OIG que o distribui com vista à sua análise.

Quando a distribuição é efetuada, é criado, automaticamente, no Sistema de Gestão Documental da GRATER, uma distribuição.

Quando o projeto é distribuído aos técnicos, estes devem proceder à realização de todos os controlos administrativos, incluindo os decorrentes da contratação pública, auxílios estatais, controlo documental, verificação da elegibilidade do beneficiário, da operação, das despesas e da razoabilidade dos custos propostos, de acordo com a respetiva legislação e normas aplicáveis à intervenção em análise, nomeadamente:

- Verificação das condições de acesso e de que o processo de candidatura se encontra completo;
- Verificação da atualidade e da validade dos documentos que constituem o processo;
- Verificação do cumprimento das disposições legais em vigor;
- Definição das despesas elegíveis e respetivas taxas de comparticipação;
- Procurar suprir as deficiências dos processos de candidatura, sempre que os elementos apresentados pelo promotor o permitam;
- Enviar, quando a dimensão e complexidade do projeto o justifique, o processo devidamente informado aos organismos competentes, tendo em vista a emissão por estes do respetivo parecer;
- Verificação da capacidade orçamental e disponibilidade financeira do programa;
- Verificação da viabilidade económica ou social do projeto, nos casos aplicáveis;
- Verificação dos processos de contratação pública, quando aplicável;
- Verificação do controlo cruzado, quando aplicável;
- Verificação da capacidade logística, humana e financeira para a implementação do projeto, pelo promotor.

Caso seja necessário, pode ser solicitado esclarecimentos ou documentos adicionais ao beneficiário, constituindo a falta de entrega dos mesmos ou a ausência de resposta, fundamento para a não aprovação da candidatura.

As solicitações aos beneficiários serão efetuadas preferencialmente por correio eletrónico de acordo com o código do procedimento administrativo, devendo preferencialmente ser efetuada apenas uma.

A falta de documentos e/ou deficiente preenchimento do formulário, bem como o não cumprimento dos critérios de elegibilidade, constitui fundamento para a não aprovação da candidatura.

Os projetos que reunirem as condições de acesso são posteriormente sujeitos a um processo de apreciação e seleção de acordo com os critérios específicos para cada intervenção.

Após a análise e aplicação dos critérios de seleção, os pedidos de apoio com proposta de parecer favorável, apresentados num determinado concurso, serão hierarquizados de acordo com a pontuação obtida por ordem decrescente.

É emitido um parecer técnico e uma proposta de decisão devidamente fundamentada, sendo esta enviada ao Órgão de Gestão (OG).

São selecionados para decisão os pedidos que cumpram as condições de elegibilidade e atinjam a pontuação mínima prevista nos critérios de seleção.

Antes de ser adotada a decisão final, os beneficiários são ouvidos, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, designadamente quando há eventual intenção de indeferimento, total ou parcial, e respetivos fundamentos.

Concluídos os prazos previstos para a audiência prévia, as respostas serão analisadas e caso se justifique as propostas de parecer podem ser modificadas.

Após esta análise as candidaturas, com proposta de parecer favorável, serão hierarquizadas de acordo com a pontuação obtida na aplicação dos critérios de seleção.

Caso se verifiquem restrições orçamentais, os projetos não aprovados no concurso poderão transitar para o aviso seguinte, após anuência do beneficiário e, caso tal seja permitido pela AG.

Após a receção do parecer técnico e da proposta de decisão o OG, decide sobre os pedidos de apoio. As decisões são comunicadas aos beneficiários por plataforma eletrónica.

O OG reúne sempre que necessário após convocatória, contendo, nomeadamente, a ordem de trabalhos e a lista das candidaturas a apreciar.

Para a aprovação dos projetos, o OG deverá ter em consideração: o enquadramento dos projetos na EDL, a capacidade orçamental e a disponibilidade financeira do programa, o parecer da ET, a pontuação obtida pelos critérios de apreciação e seleção, bem como todos os critérios que promovam a adequada execução do Programa, nomeadamente o desenvolvimento integrado do território de intervenção.

A aprovação em OG depende da maioria simples dos votos expressos, dos elementos presentes no mínimo de 3, sendo a constituição desse quórum maioritariamente composta por representantes de entidades privadas.

As deliberações do OG quanto aos projetos candidatos serão devidamente fundamentadas e registadas em ata de reunião, contendo as declarações de voto eventualmente apresentadas.

Os pedidos de apoio em que o beneficiário seja um parceiro do GAL e membro do Órgão de Gestão, não serão decididas por este órgão.

Qualquer candidatura que tenha sido reprovada pode vir a ser reformulada e apresentada em novo aviso, devendo, para tal, o seu beneficiário, instruir novo processo.

Todo o processo será descrito pormenorizadamente em norma de procedimentos interna.

De referir, ainda que, todas as decisões inerentes aos concursos, tais como, atividades abrangidas, critérios de seleção, despesas elegíveis e limites serão tomadas no órgão mais alargado de parceiros, ou seja, na Assembleia de Parceiros.

Compete à GRATER, através da sua equipa técnica, acompanhar e fiscalizar a realização de todos os projetos de investimento e o cumprimento das obrigações dos promotores até à sua concretização. Ou seja, compete à ETL exercer um controlo direto sobre a validade e a adequação das condições exigíveis, das despesas e dos documentos de despesa apresentados pelos promotores.

O sistema de acompanhamento permitirá apoiar os promotores desde o momento que surge a ideia de um possível projeto a ser implementado, passando pela ajuda na instrução da candidatura até ao momento final de execução do projeto.

Relativamente à execução financeira do projeto, os pedidos de pagamento, feitos em formulário próprio, serão acompanhados dos originais de todas as despesas e comprovativos de pagamento e outros documentos contabilísticos solicitados, de acordo com o descrito nas normas da entidade pagadora.

Serão efetuadas verificações a todos os pedidos de pagamento exceto a casos específicos em que tal não é aplicável. Destas resultarão relatórios enriquecidos com fotografias tirados ao investimento sujeito a verificação.

Ao nível, não dos projetos em particular, mas da execução do programa em geral, compete ainda à Equipa Técnica manter atualizado o sistema informático e elaborar relatórios de execução regulares para a um mais eficaz acompanhamento do Programa.

A abordagem à monitorização e à avaliação da estratégia, terá presente o previsto na legislação aplicável. Importará dispor de elementos de apoio de à elaboração e apresentação de um relatório de execução anual da EDL, até 31 de março de cada ano, reportado ao ano civil anterior. Os dados de realização física e financeira e outros elementos relativos ao grau de implementação dos projetos (por ex. através da realização das visitas ao local da operação) e da estratégia serão recolhidos e registados no sistema informático, e trabalhados continuamente pela Estrutura Técnica de GRATER de forma a garantir a boa execução da EDL.

Para além dos dados de execução física e financeira, a GRATER será responsável por organizar procedimentos de recolha de elementos de natureza qualitativa (reuniões de *brainstorming* entre técnicos da GRATER e entre os Parceiros, entrevistas e inquéritos aos beneficiários).

Para efetuar as avaliações será garantida a recolha dos dados necessários incluindo os dados relativos aos indicadores comuns e, aos indicadores da EDL, através do sistema de informação existente.

Na avaliação será também avaliado todo o GAL enquanto equipa de análise e de decisão: atendimento, procedimentos, cumprimento de prazos, entre outros.

Estas atividades de avaliação são imprescindíveis pois permitem introduzir ajustamentos ou correções na EDL no sentido de alcançar os resultados esperados, através de um processo de tomada de decisões coerente e fundamentado.

Todas as alterações à EDL serão devidamente fundamentadas e acompanhadas de relatórios de execução física e financeira.

10. ESTRATÉGIA DE DINAMIZAÇÃO DA PROCURA QUALIFICADA DOS APOIOS DA EDL

A difusão da Estratégia e das medidas de apoio que a mesma integra, será efetuado com a intervenção das entidades parceiras com atuação junto das comunidades locais, para que seja assegurada uma abrangência de público-alvo/território tanto maior quanto possível. As atividades de animação e acompanhamento serão asseguradas e dinamizadas pela Equipa Técnica em colaboração e envolvimento com a parceria, com o objetivo de realização de sessões de informação, apoio técnico e capacitação dos promotores de projetos, divulgação e publicitação dos projetos apoiados, assim como outras atividades que os parceiros considerem adequadas e relevantes para o desenvolvimento da EDL.

As ações de divulgação e informação constituirão uma ferramenta de gestão do próprio GAL visto que serão um meio de suscitar novas procuras no caso de alguma área de intervenção da EDL estar a ter uma recetividade abaixo do previsto.

Na fase de lançamento da Estratégia do GAL Pescas GRATER Mar serão promovidas, ações destinadas a diferentes público-alvo com envolvimento ativo dos membros da Parceria, valorizando dimensões setoriais especializadas dentro das apostas temáticas dos Eixos Estratégicos da EDL. Tem-se em vista promover especialmente a divulgação direta junto dos potenciais beneficiários através de seminários, debates, campanhas de sensibilização e apresentação dos apoios específicos por Área de Intervenção/ Medidas.

As atividades de animação e de acompanhamento da EDL deverão beneficiar do envolvimento de entidades parceiras setoriais para melhor esclarecimento acerca de oportunidades de negócio. Essas entidades deverão, também, participar nas atividades de avaliação tanto interna como nos momentos de avaliação externa.

O GAL Pescas GRATER Mar pretende apresentar anualmente o seu Plano de Atividades à entidade Gestora GRATER, sendo este integrado no Plano de Atividades e Orçamento desta última e aprovado em Assembleia Geral. Este plano listará todas as atividades e ações previstas de animação nesse ano de acordo com a execução da sua EDL.

A estratégia será no sentido de que, a informação respeitante ao DLBC costeiro para a R.A.A. seja mais acessível a todos os interessados, com a finalidade de garantir a transparência, informando o público-alvo sobre as modalidades e potencialidades de aplicação da abordagem DLBC, promovendo o conhecimento das experiências inovadoras realizadas no âmbito deste programa e das mais-valias para o desenvolvimento económico e social sustentado dos territórios e, aumentando a visibilidade da ação comunitária.

Como forma de aproximação e relacionamento com a população em geral do território de intervenção, serão planeadas diversas atividades sociais e culturais. A participação em ações de discussão sobre o desenvolvimento, como aconteceu na preparação desta estratégia, é considerada, pelos interessados, uma oportunidade de se manifestarem e contribuírem para a definição de linhas de orientação para o desenvolvimento local das pescas. A criação ou reforço das estruturas locais de base participativa permitirão estabelecer bases de trabalho e competências mais sólidas.

Do ponto de vista estratégico, será atualizada a página de internet da entidade gestora www.grater.pt e a página específica no Facebook com toda a informação relevante, quer ao nível da estratégia, quer ao nível das atividades, quer ainda para apoiar na divulgação de eventos realizados no território.

Paralelamente, no que se refere à intervenção nos meios de comunicação social prevê-se a colocação de anúncios nos jornais e rádios locais e a realização de uma conferência de imprensa para anunciar a gestão do Programa – EDL – e as suas linhas de intervenção. Estes meios serão também utilizados para divulgar com a antecedência que se impor os anúncios aos concursos (avisos de abertura de candidaturas).

Do ponto de vista operacional, será preparado um manual de apoio ao beneficiário que será disponibilizado quer em formato eletrónico, quer em formato papel aos potenciais beneficiários.

Neste âmbito serão realizadas ações de informação sobre o DLBC costeiro e as intervenções a implementar, como também dos sistemas de informação a serem utilizados pelos potenciais beneficiários: Balcão dos Fundos, Mar2030 e iDigital.

Serão disponibilizados desdobráveis informativos das intervenções existentes ao nível da EDL da GRATER. Estes serão produzidos internamente com custos simplificados ao nível de papel e tinteiros.

Será ainda de privilegiar, o contacto direto com os potenciais promotores, no sentido de divulgar a iniciativa numa fase inicial e de demonstrar os resultados numa fase posterior. Neste sentido irão realizar-se encontros de divulgação da estratégia ao nível de ilha ou concelho – sessões de esclarecimentos.

Naturalmente, haverá uma incidência forte das ações de divulgação em 2023 e 2024, previsivelmente o período correspondente ao lançamento do Programa, explicação dos seus objetivos, explicitação das atuações previstas e seus beneficiários, apoios financeiros, mas o plano de divulgação terá a duração do programa - prosseguirá até 2030 - visto que anualmente haverá concursos para apoio a projetos. As ações de divulgação e informação constituirão igualmente uma ferramenta de gestão do próprio Programa e um meio de suscitar novas procuras no caso de alguma área de intervenção estar a ter uma recetividade abaixo do previsto.

No que se refere ao sistema de informação, a GRATER, entidade gestora, compromete-se a adotar o sistema de informação específico ao programa, da responsabilidade da autoridade de gestão que se deverá traduzir num dispositivo de recolha e tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos fiáveis, sobre a execução do programa, visando apoiar a gestão, o acompanhamento e a avaliação.

11. ESTRATÉGIA DE DINAMIZAÇÃO DA PARCERIA NA CONCEÇÃO E NO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DA EDL

O DLBC na sua própria denominação tem implícita a metodologia de construção de intervenção no sentido “bottom-up” promovido pelas comunidades locais. Estas devem ser mobilizadas nas diferentes fases do processo de desenvolvimento, desde o diagnóstico ao desenho da estratégia até à própria execução da mesma.

A candidatura do GAL PESCA GRATER MAR envolveu desde o início os membros da Parceria, no verdadeiro espírito bottom-up, tendo sido realizadas várias reuniões preparatórias (presenciais e por videoconferência) e reuniões de grupos focais, as quais permitiram o envolvimento e os contributos dos vários parceiros na constituição das entidades a integrar a Parceria, na delimitação do território de intervenção, na avaliação das dificuldades e potencialidades, e na conceção da estratégia de desenvolvimento local a implementar.

Na fase de implementação da Estratégia, o processo participativo da Parceria deverá ser aprofundado de modo a não desmotivar os parceiros e evoluir para uma base técnica a dinamizar pela equipe técnica e tendo por objetivo organizar eventos de natureza temática que possam contribuir para melhorar o desempenho e as condições de sucesso de ações e projetos apoiados.

De acordo com o definido no Contrato de Parceria as atividades a realizar pela Entidade Gestora (GRATER) incluem:

- Garantir de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da estratégia para a respetiva zona de intervenção;
- Promover ações de sensibilização e divulgação sobre temáticas relevantes para a prossecução dos seus objetivos;
- Prestar apoio técnico aos promotores das iniciativas;
- Analisar e emitir parecer sobre os pedidos de apoio apresentados no âmbito da estratégia de acordo com os respetivos regulamentos de aplicação e as orientações técnicas definidas pela autoridade de gestão,
- Coordenar e assegurar a gestão, técnica, administrativa e financeira do orçamento do GAL Pescas GRATER Mar;
- Elaborar um manual de procedimentos relativamente às funções que assegura enquanto organismo intermédio garantindo, nomeadamente, uma adequada segregação de funções, e atualizá-lo sempre que necessário, assegurando que o mesmo incorpora as orientações técnicas da autoridade de gestão;
- Representar o grupo junto das autoridades regionais, nacionais e comunitárias,
- Promover o intercâmbio e cooperação com associações e organismos nacionais ou estrangeiros que prossigam os mesmos objetivos;
- Elaborar e aprovar relatórios de execução anual e transmiti-los à autoridade de gestão conforme calendário que venha a ser definido.
- Implementar projetos enquadrados em processos de desenvolvimento.
- Aos restantes Parceiros cabe-lhes seguintes atividades:
- Facilitar obrigações da EG perante a autoridade de gestão e de pagamento, aceitando a sua coordenação técnica, administrativa e financeira.
- Apresentar propostas e sugestões para a prossecução dos objetivos do GAL Pescas GRATER Mar;
- Participar nas atividades da Parceria;

- Propor alterações à atuação da Parceria;
- Propor novos parceiros;
- Responder às solicitações de informações, assim como facilitar os documentos necessários à instrução da candidatura, à alimentação do sistema de acompanhamento, ao controlo de execução dos projetos e da certificação da despesa;
- Divulgar e promover a EDL do GAL Pescas GRATER Mar nas suas áreas e setores de intervenção;
- Fomentar a participação da população no desenvolvimento do território de intervenção;
- Contribuir para a boa execução da EDL do GAL Pescas GRATER Mar particularmente nas matérias em que o parceiro esteja mais envolvido e responsabilizado;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e as do presente Contrato de Parceria, bem como as deliberações dos diferentes órgãos.

O modelo de governação da parceria encontra-se descrito no Contrato de Parceria e no ponto 9 deste documento.

Na fase de implementação pretende-se reforçar o trabalho em rede da parceria sendo para isso necessário capacitar os seus membros. Cada entidade parceira desempenhará um papel, de acordo com os seus recursos, competências e conhecimentos, partilhando-as em rede e colocando-as ao serviço do desenvolvimento local, quer nos projetos de animação quer na complementaridade dos projetos âncora. De referir, ainda que, todas as decisões inerentes aos concursos, tais como, atividades abrangidas, critérios de seleção, despesas elegíveis e limites serão tomadas no órgão mais alargado de parceiros, ou seja, na Assembleia de Parceiros, que se realizará pelo menos uma vez por ano e sempre que se mostrar pertinente.

Está também prevista a possibilidade de consulta escrita aos membros.

As entidades serão auscultadas no âmbito da avaliação intercalar e final à EDL a realizar por uma entidade externa, bem como serão solicitados comentários aos relatórios produzidos. Destes inputs resultará o apuramento dos ajustamentos a serem efetuados.

12. IDENTIFICAÇÃO DO CONTEXTO OPERACIONAL DA ENTIDADE GESTORA, DESIGNADAMENTE, DO SEU PAPEL NO ÂMBITO DE OUTROS PROGRAMAS DE INVESTIMENTO OU DE OUTRAS INICIATIVAS DE CARÁTER LOCAL E/ OU EUROPEU

Os objetivos traçados para a Estratégia de Desenvolvimento Local Costeira da GRATER devem estar articulados com as políticas nacionais e regionais definidas em matéria do mar.

Neste sentido pretende-se que a EDL formulada contribua para alcançar as metas definidas na Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (ENM 2021-2030); no Programa Operacional Açores 2030 (PO Açores 2030); e na Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores (RIS3), em matéria de mar.

Uma vez que as novas tecnologias ocupam na atualidade um papel fulcral no desenvolvimento económico e social de cada território, é essencial a digitalização das várias atividades associadas à economia do mar. Apraz ainda salientar que o objetivo estratégico da presente EDL Costeira, contribui para atingir o Objetivo Estratégico 9 da ENM 2021-2030, designadamente Incentivar a Reindustrialização e a Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano.

Convém realçar que no PO Açores 2030, o desenvolvimento tecnológico assume uma forte presença, sendo que o primeiro objetivo político deste documento estratégico visa, entre outros, promover a digitalização. A prossecução deste objetivo regional ambiciona um melhor aproveitamento das vantagens

da digitalização para os cidadãos, para as empresas, para os organismos de investigação e para as autoridades públicas, contribuindo para a conectividade digital.

No que respeita à RIS3 Açores, o Mar e crescimento azul assumem-se como área prioritária encontrando-se previstas atividades transformadoras que fomentem a transformação digital.

Um dos objetivos com maior destaque na ENM 2030 prende-se com o fomento ao emprego e à economia azul (OE 2). Por sua vez, a execução da presente estratégia serve de motor de arranque para estimular a atividade económica, por via da criação de novas atividades ligadas à economia do mar, e pelo desenvolvimento de sinergias entre as atividades existentes consoante o designado no Objetivo Estratégico 2.

O ímpeto ao estímulo à atividade económica presente na Estratégia de Desenvolvimento Local Costeira pressupõe favorecer a recuperação socioeconómica da Região, em conformidade com a estratégia do Governo dos Açores nas áreas do Empreendedorismo e da Competitividade.

A investigação como mecanismo de estudo da realidade marinha e das alterações nos habitats marinhos, apresenta-se com uma das prioridades da corrente EDL Costeira, a qual irá contribuir para promoção da sustentabilidade ambiental, assumida como uma das prioridades elencadas no PO Açores 2030. É esperado que o fomento à investigação permita concomitantemente estimular o conhecimento científico em torno do mar nestes territórios, contribuindo para alcançar um dos objetivos presentes na ENM 2021-2030.

A persecução por soluções que ambicionam a sustentabilidade ambiental corrobora a necessidade de complementaridade entre a presente estratégia, e os restantes mecanismos estratégicos regionais, tais como o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis da Região Autónoma dos Açores, designado por PROENERGIA, o qual apoia a opção por equipamentos energeticamente mais eficientes.

Ainda no que concerne ao objetivo estratégico 2, estima-se que os incentivos à formação profissional e juvenil, e a valorização do património histórico e cultural com ligação às atividades costeiras, contribuam para alcançar as metas definidas no objetivo estratégico 8 da ENM 2021-2030, e nas atividades previstas para melhorar a qualidade de vida e desenvolvimento social constante da RIS 3 Açores. Por último, a melhoria das acessibilidades às zonas costeiras vai permitir desenvolver um território com uma maior mobilidade contribuindo para alcançar o objetivo político 3 do PO Açores 2030.

Relativamente à valorização da cadeia de valor do pescado, as prioridades contempladas neste objetivo estratégico vão possibilitar o desenvolvimento de novos postos de trabalho associados às atividades desenvolvidas no âmbito da transformação e comercialização do pescado. A valorização pretendida vai traduzir-se num mecanismo para o desenvolvimento de modelos de economia circular consoante o contemplado nos objetivos da RIS3 Açores.

A dinamização da cadeia de valor do pescado pode contemplar novos modos de comercializar o pescado das ilhas Terceira e Graciosa, nomeadamente pela alteração na forma como é confeccionado nos restaurantes locais, pela introdução de novos produtos transformados no mercado e por via das técnicas utilizadas na conservação do pescado. A adoção destas prioridades visa assegurar a criação de valor acrescentado ao pescado, não interferindo com a sustentabilidade dos recursos marinhos, fomentando uma estratégia de economia azul. Neste sentido a dinamização deste objetivo vai contribuir para o previsto no objetivo estratégico 2 da ENM 2021-2030.

Concluindo, a Estratégia de Desenvolvimento Local Costeira do GAL Pescas GRATER MAR, deve ser encarada como um elemento complementar e integrador do trabalho desenvolvido a nível regional e nacional. Este documento estratégico funciona como uma componente que segue o preconizado nas restantes linhas orientadoras estratégicas, adotando uma atuação adaptada às necessidades locais.

Tabela 19 - Interligação dos objetivos da EDL Costeira com os objetivos das políticas nacional e regionais em matéria de mar

Estratégia de Desenvolvimento Local Costeira		Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030		Programa Operacional Açores 2030		RIS ³ Açores	
Objetivo Estratégico	Objetivo	Contributo	Objetivo	Contributo	Área	Contributo	
OE 1 - Digitalizar, capacitar e inovar as atividades costeiras	OE 9 - Incentivar a RE industrialização e a Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano.	Digitalização das atividades costeiras.	OP 1 - Promover o desenvolvimento económico, investigação, inovação e a digitalização;	Promoção do uso das novas tecnologias por parte das entidades e pessoas singulares;	Interligação entre a Área prioritária – Mar e economia azul e a Área transversal - Transformação digital e economia 4.0	Desenvolvimento e promoção da utilização de tecnologias e plataformas digitais no contexto da economia azul;	
OE 2 - Estimular a coesão social e territorial.	OE 2 – Fomentar o Emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável; OE 7 – Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Azul; OE 8 – Incrementar a Educação, Formação, Cultura e Literacia do Oceano.	Criação de novas atividades associadas à economia do mar com forma de estímulo à atividade económica; Estímulo ao conhecimento científico em torno do mar; Incentivo à formação; Valorização do património histórico e cultural.	OP 2 - Promover a sustentabilidade ambiental; OP 3 - Desenvolver a mobilidade.	Promoção da utilização eficiente dos recursos associada à economia circular; Promoção das acessibilidades das zonas costeiras.	Interligação entre a Área prioritária – Mar e economia azul e a Área transversal – Qualidade de vida e desenvolvimento social.	Valorização das comunidades piscatórias dos Açores; Promoção do empreendedorismo no contexto da economia azul; Promoção da literacia do oceano.	

<p>OE 3 - Promover a valorização da economia do mar.</p>	<p>OE 2 – Fomentar o Emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável.</p>	<p>Dinamização da cadeia de valor do pescado; Criação de valor acrescentado associado à economia azul.</p>			<p>Interligação entre a Área prioritária – Mar e economia azul e a Área transversal – Território, recursos e economia circular.</p>	<p>Desenvolvimento de novos processos de transformação, conservação e embalagem que permitam aumentar o valor comercial dos produtos na indústria do mar e crescimento azul.</p>
--	---	--	--	--	---	--